



*Universidade Regional
do Cariri - URCA*

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

ANA PAULA MACÊDO DE ALBUQUERQUE

**EXPERIÊNCIA DA TRAVESTILIDADE EM “TERRA SANTA”: ENTRE ABJEÇÃO,
TRANSGRESSÃO E RESISTÊNCIA**

CRATO – CEARÁ

2020

ANA PAULA MACÊDO DE ALBUQUERQUE

EXPERIÊNCIA DA TRAVESTILIDADE EM “TERRA SANTA”: ENTRE ABJEÇÃO,
TRANSGRESSÃO E RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção de título de mestre em Educação. Área de concentração: Práticas Educativas, Culturas e Diversidades.

Orientadora: Prof.^a Dra. Iara Maria de Araújo

CRATO – CEARÁ

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Ana Paula Macêdo.
Experiência da Travestilidade em “Terra Santa”: entre abjeção,
transgressão e resistência / Ana Paula Macêdo de Albuquerque - 2020.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade
Regional do Cariri, Centro de Educação, Crato-CE, 2020.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª Iara Maria de Araújo

1. Sexualidade. 2. Travestilidade. 3. Território.

ANA PAULA MACÊDO DE ALBUQUERQUE

EXPERIÊNCIA DA TRAVESTILIDADE EM “TERRA SANTA”: ENTRE ABJEÇÃO,
TRANSGRESSÃO E RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção de título de mestre em Educação. Área de concentração: Práticas Educativas, Culturas e Diversidades.

Aprovada em 11 de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Dra. Iara Maria de Araújo (Orientadora)
Universidade Regional do Cariri - URCA

Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri – URCA

Dr. Francisco das Chagas Alexandre Nunes de Sousa
Universidade Federal do Cariri – UFCA

Dedico este trabalho as travestis, em especial à Cristiane Lima (*in memoriam*), minha eterna Cris, por ser inspiração e referência de luta e militância, além de me mostrar um mundo cheio de afetos e resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a fé que tenho nas Deusas e Deuses da imensidão, pelas bênçãos, determinação, discernimento e iluminação concedidos a mim, fundamentais para a conclusão deste ciclo.

À minha mãe, pelo exemplo de superação, inspiração, afeto, cuidado, dedicação e incansáveis orações, sempre.

À minha família, pelo sentimento, mensagens de carinho e compreensão das ausências.

À professora Iara Maria de Araújo, minha orientadora, pela dedicação, apoio, paciência, companheirismo, orientação, aprendizado e confiança, imprescindíveis a conclusão desse trabalho.

Agradeço a professora Zuleide Queiroz pela amizade, partilha e todo aprendizado de vida e ao professor Alexandre Nunes, pela amizade e disponibilidade de sempre; ambos membros da banca examinadora, pela valiosa contribuição oferecida.

A todas e todos os professores que fazem parte do Mestrado Profissional em Educação da URCA, pelos ensinamentos e contribuições essenciais a conclusão desse curso.

À Frente de Mulheres do Cariri e ao Conselho Municipal LGBT de Juazeiro do Norte – CE, pela empatia e sororidade junto à militância, propulsora ao meu sentido de vida.

Aos meus colegas de trabalho do Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte – CE, pela disponibilidade, compreensão, apoio e confiança em meu profissionalismo.

As travestis que frequentam o grupo socioeducativo do Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte – CE, pela confiança, disponibilidade e cumplicidade de sempre.

À Dr. Marcial Moreno e a Ricardo Santana, pelo acompanhamento indispensável a minha saúde mental, necessários à superação desse grande desafio.

A todos os meus amigos, aos de perto, aos de longe, aos que já passaram para outro plano, minha gratidão pelo amor em forma de amizade.

À Judith, minha ‘coorientadora’, e a Liz e Lua, minhas companheirinhas de vida, pelos momentos lúdicos, afetos e carinhos felinos, tão necessários ao meu equilíbrio emocional.

Agradecida a todas, todos e todes!

RESUMO

Este trabalho reflete sobre gênero e sexualidade humana e sobre as transgressões e suas transformações ao longo da história oficial, apresentando fissuras à rigidez dos códigos e normas padronizados e legitimados como verdade absoluta. O foco da análise é sobre a concepção de outros modos de subjetividade, priorizando a identidade travesti enquanto elemento central desse estudo. A opção de refletir sobre essa identidade transgressora se deu a partir da percepção do cotidiano no trabalho institucional do Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte, CE, aonde as travestis aparecem sistematicamente para atendimento e assistência, ao mesmo tempo em que se percebe sua ausência em outros espaços e territórios da cidade. Dessa forma, estabeleceu-se como objetivo geral: Analisar como é construída a identidade travesti a partir do reconhecimento das próprias interlocutoras da pesquisa, as vivências que dão sentido e significado as suas experiências enquanto travesti e suas percepções de como apreendem e ressignificam seus processos de transição, nas fronteiras de gênero e diversidade. E como objetivos específicos: compreender como as travestis lidam com a (des) construção de sua identidade sexual e de gênero dissidentes, mediante um território permeado pela religiosidade; investigar como foram/são realizadas as transições/(re) construções dos corpos e as performatividades de gênero e suas implicações na vida familiar, social e afetiva das travestis; identificar como se dão seus processos de resistência e emancipação enquanto travestis que vivenciam suas identidades sexual e de gênero, no cotidiano da cidade. Para isso, optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter qualitativo, com as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas, a partir da metodologia da História Oral. Desenvolveu-se também um estudo bibliográfico focando, em autoras e autores que abordam o assunto, como Bento (2018, 2014, 2012), Butler (2018, 2016), Foucault (2009, 1998, 1996, 1989), Pelúcio (2004; 2005; 2009), para citar alguns. A partir da pesquisa desenvolvida, percebeu-se que a ausência das travestis nos espaços de sociabilidade deve-se muito pela discriminação e abjeção as quais estão submetidas pelos seus modos de vida e apresentação pública, o que lhes confere um caráter de precariedade e exclusão. Ao mesmo tempo, em que conseguem aparecer enquanto corpos transgressores, potentes e resistentes. Então, esse trabalho busca encontrar respostas às questões levantadas e, ao mesmo tempo, contribuir com a visibilidade dessa temática.

Palavras-chave: Sexualidade, Travesti, Território.

ABSTRACT

The work reflects on gender, human sexuality and its transformations throughout the official history, presenting cracks in the rigidity of standardized and legitimate codes and norms as absolute truth. The analysis focuses on the conception of different modes of subjectivity, prioritizing the travesti identity as this study's focal element. The reflection on this transgressive identity relies on the observation of daily institutional work in the Clinic of Infectology of Juazeiro do Norte, CE. Since they come there for care and assistance, however, their absence in other public spaces and territories of the city. This study is a qualitative feature with participant observation techniques and semi-structured interviews accordingly the Oral History method and further a bibliographic research focused on authors who approach this subject, such as Bento (2018, 2014, 2012), Butler (2018, 2016), Foucault (2009, 1998, 1996, 1989), Pelúcio (2004; 2005; 2009). The general objective is to analyze the travesti identity conceived from the own interlocutors' recognition. As well the circumstances that give meaning to being a travesti and the perceptions of apprehending and resignification for the transition processes at the bound lines of gender and diversity. The specific objective is to understand how they manage their dissident sexual (de)construction and gender identity in this city pervaded by religiosity. To investigate what were/are the body transitions/(re)constructions ways of occurrence, as the gender performativities and their implications in the family, social, and affective relationships of these individuals. Look into the unfolding of resistance and emancipation as travestis living their sexual and gender identities experiences in urban daily life. Although, they manage to be transgressive, fierce resilient bodies. The travestis absence in public spaces is due to the discrimination and degrading they suffer for their lifestyle and public figure, which gives them a character of precariousness and exclusion. Therefore, this work aims to answer the questions raised, contributing to the matter's visibility.

Keywords: Sexuality, Travesti, Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Homenagem póstuma a Cristiane Lima, em acervo fotográfico da ABEMAVI.

Figura 2 – Homenagem póstuma a Crislaine Guedes. Intervenção fixada no bairro João Cabral, por WÁ Coletivo.

Figura 3 – Hermaphroditus, estátua de Pergamum, período Helenístico 3.000 a.c., museu de Istambul. Em Só História.

Figura 4 – Triângulo CRAJUBAR, ponto de intersecção entre as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Foto: Anderson Duarte em Cariri Revista.

Figura 5 – Estátua de Padre Cícero, no Horto, em Juazeiro do Norte – Foto: A/D –Arquivo OpenBrasil.org. Paisagens do Nordeste.

Figura 6 – Romaria das Candeias. Basílica de Nossa Senhora das Dores em Juazeiro do Norte – CE. Foto: Antônio Rodrigues em Diário do Nordeste.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Atravessamentos da pesquisa na subjetividade da investigadora	11
1.2 Organização do texto	18
2 PERCURSO METODOLÓGICO	20
3 COMPREENDENDO A SEXUALIDADE: (RE) FAZENDO O CAMINHO	26
3.1 Transgressão e atravessamento dos corpos: a identidade travesti	34
4 O PODER “EDUCATIVO” DE REPRODUZIR NORMAS E VALIDAR ABJEÇÕES	41
4.1 Dissidência e abjeção: da sobrevivência à resistência	43
5 DESMISTIFICANDO A TERRA SANTA: TERRITÓRIO, CORPOS E IDENTIDADES	49
6 VIDAS VIVÍVEIS: ENTRELAÇAMENTO DE CORPOS, IDENTIDADES, PERCURSOS	59
6.1 Partidas e chegadas: as vivências de Iris	60
6.2 Ketlyn e o desejo de ‘fazer’ o corpo	66
6.3 A solidão de Danielle	71
7 TRANSGRESSÕES, ABJEÇÕES E RESISTÊNCIAS	76
7.1 Corpos e identidades em construção	77
7.2 Territórios e migração	79
7.3 Travestilidade e violência	82
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	93
APÊNDICE A - TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	94
APÊNDICE B – TERMO DE CONSCIENTIMENTO PÓS ESCLARECIDO	96
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA	97
APÊNDICE D - PRODUTO CORDEL	98

1. INTRODUÇÃO

Embora o conceito de sexualidade humana tenha sido fundamentado e legitimado somente a partir do século XIX, revisitando a história das civilizações pode-se perceber que ao longo do seu desenvolvimento, a sexualidade sempre esteve presente no interior das normas, leis, decretos, códigos, regras, valores e padrões que legitimam, organizam, regulam e estabelecem o ordenamento da vida em sociedade.

Partindo da evolução temporal nas chamadas Civilizações Ocidentais, a estrutura das disposições social e cultural foram construídas sob parâmetros binários antagônicos de dualidade: céu ou inferno, bom ou mal, bonito ou feio, rico ou pobre. Dentro dessa estrutura classificatória e regulatória normatizou-se, inclusive, os corpos, comportamentos, sexualidades e identidades: “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 2009, p. 152); ou seja, para essa realidade, desde que os seres humanos são biologicamente gerados, já nascem na condição predeterminada socialmente de ser homem ou ser mulher e de se comportar de acordo com a genitália, enquanto gênero masculino ou feminino, além da taxonomização das sexualidades. (MOITA LOPES, 2013).

É evidente que essa normativa determinista é construída e fundamentada pela ciência, economia, política, religião e costumes hegemônicos que legalizam, definem e perpetuam os conceitos que serão aceitos como verdades, ao mesmo tempo em que medicalizam e demonizam os que fogem às regras convencionais (FOUCAULT, 2009).

Entretanto, na medida em que existe o poder hegemônico, também se reconhecem as resistências que aparecem nessa correlação de forças. Considerando as transformações próprias da contemporaneidade, pode-se perceber outros modos de existência que embaralham os códigos de inteligibilidade e desestruturam as regras duais (HARAWAY, 2009), as quais agora não comportam somente as normativas e decretos essencialmente binários de: homem/mulher, homossexual/heterossexual, masculino/feminino, cisgênero/transgênero; mas se ampliam e envolvem a diversidade das identidades, dos gêneros e das sexualidades.

A partir da emergência desses modos outros de subjetivação, tem-se um leque de vidas e corpos que se apresentam fora de todos os regulamentos, ordenamentos, classificações e conceitos impostos e aceitos enquanto verdades científicas, jurídicas, religiosas, etc; que apenas por existirem são considerados corpos dissidentes, subversivos, marginais, abjetos (BUTLER, 2016). Neste contexto, encontram-se as pessoas que transgridem as formalidades e

“normalidades” compulsórias, podendo ou não se identificar e/ou se enquadrar em novos conceitos e categorias identitárias, ou abrir mão de qualquer rótulo ou definição, transitando nas fronteiras de gênero e diversidade sexual como o movimento queer (MISKOLCI, 2012), os transgêneros, as travestis e transexuais.

É nesta perspectiva que lanço o olhar e a percepção, através do resgate das vivências, recordações, reminiscências e composições de pessoas consideradas seres abjetos na sociedade: as travestis, que residem e frequentam o Centro municipal de Infectologia de Juazeiro do Norte, município do Cariri cearense, conhecido internacionalmente por suas romarias e religiosidade construídas em torno do Padre Cícero. A intenção é compreender suas existências, resistências e “vidas vivíveis” (BUTLER, 2016) a partir da des/construção de suas identidades e a relação com a cidade, a família, as instituições e os serviços a que tem ou não acesso, tendo a compreensão do território enquanto uma das múltiplas categorias de diferenciação que se articulam no social.

1.1 Atravessamentos da pesquisa na subjetividade da investigadora

A temática impulsionadora e motivadora desse projeto surge lá atrás na linha do tempo de minhas vivências. No final do século XX, exatamente em 1998, tornei-me voluntária da AMAZONA – Associação de Prevenção à Aids, enquanto estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Naquela época, fui inserida num projeto social de prevenção as DST/Aids junto as zonas de prostituição da grande João Pessoa (capital e região metropolitana). Esse trabalho se desenvolvia dentro da territorialização da prostituição de casas e de rua. Em sua grande maioria, as atividades eram realizadas com mulheres profissionais do sexo e seus clientes. Muito raro, conseguia-se algum contato com michês (garotos de programa) e travestis que se prostituíam nas esquinas das avenidas mais movimentadas daquela localidade. Havia uma grande dificuldade em conseguir aproximação e realização de ações de prevenção junto a essas duas últimas populações.

Desde então, despertou-me interesse em conhecer e aprofundar meu olhar sobre a população travesti. Esse universo me instiga e mobiliza a investigação científica, diante de uma população que existe, mas não circula no espaço urbano em “liberdade de ir e vir” como a maioria das pessoas. Tenho observado, ao longo dos anos, que as travestis não se encontram nos mais diversos ambientes e territórios da cidade nem circulam livremente em todos os horários ditos “comerciais”, ou seja, há um limite estabelecido socialmente que marginaliza àquele público a transitar apenas em determinados locais e horários.

Em maio de 2003 vim residir em Juazeiro do Norte, local do domicílio dos meus familiares, momento que fui convidada a integrar a equipe multiprofissional do SAE – Serviço de Atendimento Especializado do Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte – CE enquanto assistente social, atendendo sistematicamente pessoas com HIV, Aids, DST e Hepatites Virais da região metropolitana do Cariri. Nesse contexto de aproximadamente dezessete anos de trabalho tenho tido contato com usuários de todas as raças e etnias, classes sociais, religiões, gêneros, identidades e orientações sexuais diversas. Sendo assim, também pude conhecer e me aproximar das travestis vivendo com HIV/Aids, que também acessam aquela política pública de saúde enquanto usuárias desse serviço.

Portanto, durante todo esse período pude perceber que na fala daquelas “pacientes” há muitas estórias, narrativas e percepções que precisam ser reveladas e sistematizadas para não se perderem na lembrança das pessoas que frequentam aquele espaço de assistência à saúde. Elas apresentam uma grande necessidade de expor suas histórias de vida, de falar sobre os desafios e “desventuras” de ser travesti num município reconhecido por romarias religiosas; sua interação com a família, a cidade, o grupo social onde estão inseridas e das inúmeras dificuldades enfrentadas no seu cotidiano, motivadas por preconceito, discriminação, violência e negligência, ou seja, uma escuta especializada que auxilie na resolução e minimização das problemáticas apresentadas diante de tal demanda.

Esses questionamentos ressoaram enquanto uma solicitação específica do trabalho multiprofissional, que há dois anos vem sendo articulado, reunido e realizado através de um grupo socioeducativo com travestis no Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte. As atividades acontecem através de reuniões mensais desenvolvidas para o acolhimento, escolha do tema, contextualização, problematização, espaço para escuta ativa, falas, resgate e fortalecimento da autoestima das/os usuárias/os em situação de vulnerabilidade, além de contar com avaliações e encaminhamentos. Geralmente, o grupo apresenta uma média de frequência de quinze participantes, aonde dez se identificam enquanto travestis e o restante se reconhece nas diversas identidades de gênero. Essas atividades são facilitadas pela equipe do ambulatório, com o apoio eventual do Conselho Municipal de Direitos LGBT – CMDLGBT de Juazeiro do Norte.

A metodologia utilizada para facilitar e mediar o grupo socioeducativo está fundamentada na Terapia Comunitária: “[...] um instrumento que possibilita uma escuta qualificada, um estar junto, trocar experiências, trabalhar prevenção e promoção da saúde de forma significativa e, principalmente, valorizando o saber popular” (JATAI; SILVA, 2012); no código de Ética Profissional do Assistente Social, Lei 8.662/93: “Reconhecimento da

liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (BRASIL, 1997, p.23); e baseada nos 'círculos de cultura' da pedagogia de Paulo Freire: “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 2017, p.43).

Diante desse cenário, existem ainda muitas perguntas, dúvidas e incógnitas que me despertam o desejo e a curiosidade em pesquisar e investigar um pouco desse meio permeado por abjeção, transgressão, dissidências, potências de vida e performatividades de uma identidade de gênero construída para além das normas preestabelecidas como “normalizadas” e aceitáveis, no seio de uma sociedade conhecida internacionalmente por seu caráter religioso, que por si só nos remete a modelos padronizados de moralidade.

É a partir dessa perspectiva que são apresentados os objetivos desse processo investigativo:

OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar como é construída a identidade travesti a partir do reconhecimento das próprias interlocutoras da pesquisa, as vivências que dão sentido e significado as suas experiências enquanto travesti e suas percepções de como apreendem e ressignificam seus processos de transição, nas fronteiras de gênero e diversidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Compreender como as travestis lidam com a (des) construção de sua identidade sexual e de gênero dissidentes, mediante um território permeado pela religiosidade;
- ✓ Investigar como foram/são realizadas as transições/ (re) construções dos corpos e as performatividades de gênero e suas implicações na vida familiar, social e afetiva das travestis;
- ✓ Identificar como se dão seus processos de resistência e emancipação enquanto travestis que vivenciam suas identidades sexual e de gênero, no cotidiano da cidade;

Assim, tenho me reconhecido no desenvolvimento dessa pesquisa, atravessada por um condicionante de trabalho que desembocou em aproximação entre investigadora e pesquisadas. Contudo, percebo que esse lugar de ‘pesquisadora’ me atribui um desconforto de

estar ocupando o espaço de “porta-voz” das travestis, ou seja, “transcritora” das suas falas, pensamentos, anseios, que vão estar imbricados no desenvolvimento dessa dissertação.

Autores que escrevem sobre “lugar de fala”, ou se “pode o subalterno falar?” como Spivak (2010) fazem sérias críticas a esse tipo de estudo, o qual envolve uma terceira pessoa entre as interlocutoras da pesquisa e o público leitor: o investigador.

Para ela, o sujeito subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida; sua crítica a intelectualidade que pretende falar em seu nome e ao fato de que “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico” (ALMEIDA, 2010, p. 12 apud BALLESTRIN, 2013, p. 93).

Dessa forma, não é pretensão do presente trabalho ‘falar pelas travestis’. Pelo contrário. A busca é tornar essa obra um instrumento contra a subalternidade, na medida em que se propõe a desvelar uma dada realidade de vidas precarizadas, excluídas. Um espaço por meio do qual as interlocutoras dessa pesquisa possam falar e serem ouvidas. Afinal de contas, a investigadora que colabora com esse trabalho não é também subalternizada?

Para que a luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero seja uma luta por justiça social, isto é, para que ela seja caracterizada como um projeto democrático radical, é necessário perceber que somos apenas uma das populações que têm sido, e continuam sendo expostas a condições precárias e de perda de direitos (BUTLER, 2018, p. 49).

Diante dessa problematização, é necessário demonstrar, através de um relato sucinto, um pouco da conjuntura atual, na tentativa de justificar o desenvolvimento dessa produção literária nos moldes em que se apresenta:

Assim, chegamos ao ano 2020, onde fomos acometidos por uma Pandemia do Corona Vírus, mais conhecido como COVID 19. Vivenciamos a disseminação de um vírus letal que exterminou milhares de pessoas ao redor do mundo e impulsionou e estimulou medidas de segurança como: o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPI; máscara de proteção; reforço nas medidas de higiene, como lavagem das mãos e uso sistemático de álcool líquido e gel; limpeza de qualquer produto ou gênero alimentício adquirido em supermercados, feiras, mercados públicos ou comércio; além do distanciamento social, confinamento e isolamento domiciliar indiscriminado:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o

mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Foram confirmados no mundo 35.109.317 casos de COVID-19 (294.763 novos em relação ao dia anterior) e 1.035.341 mortes (4.526 novas em relação ao dia anterior) até 5 de outubro de 2020. Na Região das Américas, 11.059.326 pessoas que foram infectadas pelo novo coronavírus se recuperaram, conforme dados de 5 de outubro de 2020. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS estão prestando apoio técnico ao Brasil e outros países, na preparação e resposta ao surto de COVID-19. Os sintomas mais comuns da COVID-19 são febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Medidas de proteção: lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou álcool em gel e cobrir a boca com o antebraço quando tossir ou espirrar (ou utilize um lenço descartável e, após tossir/espirrar, jogue-o no lixo e lave as mãos). É importante manter-se a pelo menos 1 metro de distância das outras pessoas. Quando o distanciamento físico não é possível, o uso de uma máscara também é uma medida importante (FOLHA..., 2020).

Essa pandemia ocasionou no falecimento de milhares de pessoas, mas também trouxe graves consequências para os familiares enlutados, às pessoas que foram infectadas pela doença, assim como a maioria da população que se tornou refém de uma enfermidade nova, com quase nenhuma possibilidade de tratamento e cura, nem vacina e com pesquisas científicas iniciais sobre essa nova conjuntura epidêmica.

E, embora as vidas possam ser precárias em decorrência de uma variedade de doenças e desastres naturais, ainda assim é verdade [...] que as doenças podem ou não ser tratadas pelas instituições existentes, que os desastres naturais podem ser prevenidos em certas áreas e para algumas populações, enquanto não o são para outras, e tudo isso conduz a uma distribuição demográfica da condição precária (BUTLER, 2018, p. 49).

Além de tudo isso, constata-se que o Corona Vírus escancara o nível global de desigualdade social, ou seja, acomete a maioria da população mais pobre e vulnerável, como as pessoas que vivem em situação de rua, as que residem e dividem um mesmo cômodo com grande contingente de comunicantes, as que “dependem” da rua como espaço de trabalho para sobreviver e as que não tem acesso a água potável e não possuem condições financeiras para adquirir insumos de higiene:

Neste momento em que a economia neoliberal estrutura cada vez mais as instituições e os serviços públicos, o que inclui escolas e universidades, em um momento em que as pessoas, em números crescentes, estão perdendo casa, benefícios previdenciários e perspectiva de emprego, nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações

são consideradas descartáveis (BUTLER, 2018, p. 13).

Aqueles que não têm condições de pagar por assistência médica constituem apenas uma versão de uma população considerada descartável. E todos aqueles que enxergam o abismo crescente entre ricos e pobres, que se veem como pessoas que perderam várias formas de segurança e garantia, também se consideram abandonados por um governo e por uma economia política que claramente aumenta a riqueza de poucos à custa da população em geral (BUTLER, 2018, p. 22).

Porém, essa epidemia global também não livrou quem pôde respeitar o distanciamento social e domiciliar. Desencadeou uma série de transtornos mentais da ordem da depressão, ansiedade, síndrome do pânico e outras enfermidades do trato da saúde mental, inclusive acometeu esta interlocutora, que agora constrói o referido texto: foi muito difícil dar continuidade a elaboração dessa dissertação com todo este emaranhado em torno do COVID 19, a infecção e a perda de muitas pessoas próximas e queridas e as crises oscilantes de humor e depressão, introdução e adaptação de medicações, trabalho constante na área da saúde e muito medo dessa conjuntura instável.

Contudo, além de todas as dificuldades apresentadas, ainda tivemos lamentavelmente a perda de Cristiane Lima, travesti, ativista, militante dos direitos humanos, das causas LGBT e da Aids, amiga leal e companheira de vida e de luta, a qual nos atravessou e surpreendeu com seu falecimento abrupto devido a um infarto fulminante.

Cris, como gostava de ser chamada, era uma das mediadoras do grupo socioeducativo do Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte, e quaisquer atributos e qualidades direcionados a ela serão ínfimos diante da grandeza daquele ser humano. Ela seria uma das entrevistadas dessa pesquisa, o que nos deixou paralisada durante algum tempo, intervalo necessário para digerir e vivenciar esse luto. Logo nesse período, em que não pudemos participar de seu velório nem enterro, nem nos despedir dignamente, pois estamos numa pandemia que não permite aglomeração de pessoas. Só aí já se elenca bastantes elementos que justificariam a desistência da continuidade desse processo, por vezes tão desejado e esperado, mas atualmente com nuances tão amargas, sofridas e doloridas.



Figura 1. Homenagem póstuma a Cristiane Lima, em acervo fotográfico da ABEMAVI.

Porém, foi necessário continuar, com esse trabalho, pela responsabilidade e compromisso com as interlocutoras dessa pesquisa, com expectativas de importância acadêmica e social, visto que traz subsídios que possam modificar a realidade normatizada e com a instituição científica, o Mestrado Profissional em Educação – MPEDU da Universidade Regional do Cariri - URCA, ao qual estamos vinculadas.

Além de tudo, essa temática é de grande relevância no sentido de fornecer subsídios para produção de novos conhecimentos científicos acerca do assunto e contribuir para revelar elementos transdisciplinares que favoreçam a educação e as outras ciências pedagógicas, sociais e humanas, na perspectiva de fortalecer a visibilidade dessa categoria social e legitimar seu reconhecimento enquanto cidadãs e sujeitas de direitos.

1.2 Organização do texto

O texto está estruturado com uma introdução e seis capítulos, além das considerações finais e referências. Inicialmente apresentamos o tema, objetivos e problematizações. No segundo capítulo foi destacado o percurso metodológico, a opção foi por uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e utilização da História Oral como método teórico-metodológico, além de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Para análise dos dados, elegeu-se como método a análise do discurso em Foucault.

No terceiro capítulo foi realizado um apanhado acerca da História da Sexualidade através dos períodos históricos e das transformações sociais advindas deles. Para tanto, foi necessário priorizar os fundamentos de ciência, verdade e poder hegemônico em Foucault e seus achados nas obras literárias da História da Sexualidade I e II. Também, buscou-se reconhecer o conceito de gênero, as normas que permeiam essa concepção, além de suas formas de transgressão, desembocando, no final do século XX com o aparecimento do termo *queer* como contraponto as normatizações binárias de gênero, terminologia proveniente dos Estados Unidos utilizada como pejorativo.

Continuando essa trajetória, no quarto capítulo, procurou-se o significado de conceitos que estão interligados diretamente a construção da travestilidade, como a noção de transgênero e transexualidade, até culminar na temática travesti. Esse documento não tem o objetivo de explicar, ou até mesmo, traduzir essas terminologias, mas de problematizar, ou seja, levantar questionamentos acerca desse assunto a partir de autores clássicos como Benedetti (2005), Peres e Toledo (2011), até as autoras mais contemporâneas que reivindicam pra si a identidade travesti, como Andrade, (2015), Nogueira e Cabral (2018).

Ainda, foi introduzido o conceito de ‘abjeção’ para explicitar como essa temática causa incômodo a norma preestabelecida. Portanto, refletiu-se acerca de quais seres humanos são providos de ‘Diretos Humanos’ e quais estão excluídos desse processo, ficando à margem e expostos a violência enquanto código normativo, ou seja, mecanismo punitivo de imposição e verificação da normalidade e legitimidade compulsórias. Tudo isso, para argumentar o grande número de homicídios os quais estão submetidas às populações trans e travestis brasileiras. Também, recorreu-se ao conceito de Necropolítica (MBEMBE, 2018), justificando o poder de ditar as populações que devem viver e as que podem morrer.

Dando seguimento a essa narrativa, no quinto capítulo foi realizada intencionalmente uma análise interseccional entre travestis e territorialidade, e como o território é construído

pelas pessoas que o ocupam, ao tempo em que estas têm suas identidades delineadas a partir da experiência e do contato com os resultados dessa produção. Foram apresentadas características do município de Juazeiro do Norte – CE, espaço aonde acontece esse processo investigativo e sua relação com as travestis, ou seja, os ‘códigos de sociabilidade’ que permeiam essa relação. Ainda, culminou nas terminologias de performatividade de gênero e precariedade em Butler (2018) como pertencentes a esse processo.

Entretanto, o sexto capítulo traz a reunião e transcrição dos dados coletados, na sessão “Vidas vivíveis: entrelaçamento de corpos, identidades, percursos”. Fez-se necessário apresentar as histórias de vida das interlocutoras dessa pesquisa através dos relatos coletados nas entrevistas, para que de fato, esse material pudesse fornecer um recorte da realidade da categoria da travestilidade nesse município. Suas narrativas apresentam importância na medida em que retratam elementos de sua subjetividade e percepção em torno da transição e construção de suas identidades travestis.

Portanto, o sétimo capítulo intitulado “Transgressões, abjeções e resistências” buscou analisar os discursos a partir da classificação de três categorias: a construção dos corpos e identidades; a migração e a territorialidade e a travestilidade e a violência, como dados relevantes a composição desse estudo.

Contudo, apresenta-se uma breve conclusão desse trabalho, apontando para a importância e a necessidade de outras investigações desta pauta.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O caminho metodológico desse projeto investigativo se delineou muito por seus objetivos, a partir de métodos que pudessem responder a problemática aqui apresentada, no que se refere a desvelar as características específicas da população que se identifica enquanto travesti, a qual frequenta o Centro Municipal de Infectologia e reside no município de Juazeiro do Norte, interior do Ceará.

Desta forma, optou-se por realizar uma investigação de caráter exploratório na perspectiva de pesquisa qualitativa, sabendo que se procura adentrar a realidade social, buscando questionar e/ou identificar fenômenos que possam ser reconhecidos por sua cientificidade. Assim,

[...] é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é *essencialmente qualitativo*. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (MINAYO, 2002, p.15).

Sendo uma pesquisa qualitativa, dadas as características do objeto, deliberou-se sobre a utilização da História Oral como método teórico-metodológico, “como está implícito no próprio termo, a história oral é uma forma específica de discurso: *história* evoca uma narrativa do passado; *oral* indica um meio de expressão” (PORTELLI, 2001, p. 10), tendo em vista que este se caracteriza pela escuta e pelo registro da fala de pessoas entrevistadas.

Segundo Portelli (2001), a História Oral é uma metodologia que possibilita processos de mudanças e posturas, tanto para a pesquisadora quanto para aquelas que estão sendo pesquisadas. Estabeleceu-se como o recurso mais adequado para acompanhar e sistematizar as experiências e vivências da travestilidade, as construções das identidades sexuais e de gênero, performatividades e transformação dos corpos, seus ambientes de interação familiar, social e de trabalho.

Nessa perspectiva, definiu-se ainda a observação participante como meio de conhecer, identificar e aprofundar o conhecimento científico acerca da identidade travesti das usuárias que participam do grupo socioeducativo no Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte e concomitante, também frequentam o local popularmente conhecido como Praça do Giradouro, espaço de ponto de encontro e exercício da prostituição de rua das travestis, enquanto profissão.

Os períodos de observação no Ambulatório de Infectologia aconteceram durante a realização das reuniões do grupo socioeducativo. Entretanto, a pretensão da pesquisa era também desenvolver essa técnica acompanhando as travestis em seu local de trabalho, ou seja, na Praça do Giradouro¹. Porém, a observação não pôde ser desenvolvida nesse espaço devido a atual conjuntura de pandemia pelo COVID – 19 e o isolamento e distanciamento social, o que proíbe, através de decreto do governo estadual, a prática de reuniões e a permanência de pessoas na rua.

Delimitou-se como público participante as travestis que residem no município de Juazeiro do Norte, mais especificamente as que frequentam o Centro Municipal de Infectologia e participam das atividades do grupo socioeducativo daquela instituição. Em dados aproximados, tem-se uma média de dez travestis, desse total, cinco se dispuseram a conceder as entrevistas. No entanto, devido a dificuldades de percurso, no desenvolvimento das entrevistas, apenas três travestis foram entrevistadas.

Enquanto critérios de inclusão, foram entrevistadas as travestis com idade mais avançada, visto que a expectativa de vida delas é de 35 anos apenas (POLITIZE, 2019), ou seja, as que conseguem ultrapassar essa média já apresentam um dado significativo de sobrevivência e resistência. Contudo, pela experiência de vida, as mesmas apresentam mais facilidade em expor os meios de conhecer, identificar e aprofundar o conhecimento científico acerca dessa identidade dissidente.

Entretanto, como método de exclusão foram desconsideradas, a título de entrevistas, as mais jovens que a média do grupo socioeducativo e as que, pela conjuntura atual estavam suspeitas e/ou testaram positivo para Covid-19. As atividades investigativas foram encerradas quando se conseguiu alcançar três entrevistas respondidas de forma satisfatória.

Ainda, esteve presente nesse estudo a preocupação com o nível de riscos que poderiam ser evidenciados pela pesquisa, os quais consistiram na exposição de fatores, causas, motivos e informações pessoais relevantes da vida das travestis participantes do processo investigativo, que poderiam vir a desencadear sentimentos e comportamentos de desconforto antes, durante e depois da pesquisa. No entanto, tais riscos puderam ser minimizados pelo fato das participantes já terem um vínculo pessoal/profissional com a pesquisadora, por conta do trabalho multidisciplinar enquanto assistente social e do grupo

¹ No Cariri, a ocupação mais intensiva das atividades urbanas nos territórios dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, associada à histórica relação de interdependência e complementaridade entre eles, aliada à proximidade física entre os núcleos urbanos destes municípios, promoveu a formação do aglomerado urbano que se convencionou chamar de Crajubar. A Praça do Giradouro fica localizada sob a rotatória do Triângulo Crajubar, confluência entre essas três cidades.

socioeducativo no Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte; além da coleta de dados ter sido realizada de forma individualizada e anônima, sem prejuízo da quebra de sigilo acerca da identificação nominal/pessoal das mesmas; ainda, da explicação sobre a orientação e aspectos éticos, Resolução nº 466/12, que consiste em diretrizes e normas que regulam as pesquisas com os seres humanos (Ministério da Saúde, 2012); e também da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Contudo, para realização dessa produção de conhecimento foram desenvolvidos instrumentos de coleta de dados através de roteiro de entrevistas semiestruturadas gravadas em técnica de áudio, partindo de questões subjetivas/abertas, com o propósito de captar suas histórias de vida e coletar informações acerca dos objetivos da pesquisa, agregando valor científico aos produtos finais: a dissertação de mestrado e um folheto de cordel.

Na coleta de dados, duas das entrevistas foram realizadas nas residências particulares das interlocutoras dessa pesquisa, visto a dificuldade de mobilidade nesse período pandêmico e a carência de recursos socioeconômicos para deslocamento até o Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte, apontada pelas próprias entrevistadas. As outras entrevistas foram realizadas em sala reservada do já referido Ambulatório de Infectologia.

Ainda, para a análise dos dados obtidos, elegeu-se como categoria o método de Análise do Discurso (AD) em Foucault, o qual afirma que:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa de conseqüências de si. (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Para o produto final, definiu-se pelo cordel enquanto um gênero literário popular, que realiza a conexão entre a tradição oral e a tradição escrita, o qual se manifesta através de folhetos na forma de versos rimados e linguagem informal:

Recebe o nome genérico de Literatura de Cordel uma extensa produção de folhetos impressos, difundidos principalmente no Nordeste brasileiro desde o século XIX [...] Os folhetos são pequenas brochuras impressas em papel jornal, geralmente em tamanho 15 cm x 11 cm, escritas em versos rimados e comercializadas nas feiras e praças públicas, apresentando uma imensa variedade temática. Apesar do caráter inconclusivo das discussões em torno de sua origem e história, o fato é que essa forma de expressão enraizou-se de forma tão profunda no nordeste do Brasil que se transformou rapidamente num dos principais elementos da cultura desta região, adquirindo funções diversas em todos os campos da sociedade: como instrumento de alfabetização, como veículo de comunicação e como rica fonte histórica. O

cordel é utilizado também como mídia política, por ter bastante aceitação, principalmente entre as camadas populares (GRANJEIRO, 2009, p.05).

Portanto, optou-se pelo cordel enquanto produto acadêmico, por apresentar uma linguagem coloquial e ser um instrumento de fácil acesso a população em geral. A finalidade desse produto é socializar essa produção com alcance do maior número de pessoas, inclusive com as interlocutoras dessa pesquisa, realizando a devolutiva das suas contribuições nesse trabalho. E ainda, contribuir com a visibilidade e legitimidade dessa população tão excluída e marginalizada socialmente.

Junto às travestis pesquisadas nesse trabalho, a intenção é divulgar o material através de reunião mensal do grupo socioeducativo, já existente no Ambulatório de Infectologia de Juazeiro do Norte, CE. Para a população em geral, esse material pode estar disponível nos centros culturais, assim como nas escolas deste município.

Contudo, esse processo investigativo não consegue definir um marco inicial para a referida pesquisa, visto que enquanto pesquisadora em curso, participo ativamente das atividades realizadas tanto no Ambulatório de Infectologia como das ações sistemáticas do Conselho Municipal de Direitos LGBT – CMDLGBT de Juazeiro do Norte (sendo conselheira titular representando os movimentos sociais no assento da Frente de Mulheres do Cariri), junto à população travesti.

Dessa forma, é visível a dificuldade em separar a profissional de serviço social, a militante dos direitos humanos, a ativista dos movimentos sociais de gênero, raça, orientação sexual e a pessoa cotidianamente “capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo...” (GUEVARA, 1964); da investigadora de um processo que ao mesmo tempo se configura dentro e fora da minha própria performatividade, enquanto mulher cisgênero², lgbt, que vivencio diversas formas de violências concretas e simbólicas, além das maneiras de preconceito e discriminação por gênero, identidade e orientação sexual aos quais estou submetida.

Essa verossimilhança com o público participante da pesquisa apresenta facilidades e dificuldades de percurso, pois ao mesmo tempo em que permite uma aproximação de confiança, cumplicidade e legitimidade para o desenvolvimento deste processo, através de uma interação construída com afetividade, solidariedade e empatia para com as companheiras pesquisadas; necessita de um distanciamento da realidade observada com o risco das

² Diz-se da pessoa que se identifica completamente com o gênero atribuído ao nascimento; refere-se às mulheres e aos homens em completa conformidade com os órgãos sexuais que lhes foram atribuídos à nascença; opõe-se ao transgênero (não identificação com o gênero de nascimento).

consequências de julgamento, juízo de valor e indução da análise e dos resultados que possam ser obtidos.

Pensando nessa aproximação entre a investigadora e as interlocutoras da pesquisa que permeia todo esse processo e o desenvolvimento deste estudo, fundamenta-se o que Bourdieu et al., (1990) define como Vigilância Epistemológica, referencial que consiste no contínuo cuidado com os limites da validade das técnicas e dos conceitos utilizados nos delineamentos investigativos. Desta maneira, foram necessárias etapas de investigação como a criticidade e o ato de repensar os procedimentos realizados, fugindo assim da automaticidade e ritualização, características que segundo o autor, obscurecem o fato social estudado.

Nesta perspectiva, a aproximação da pesquisadora com as pesquisadas se refere a uma questão crucial para a dificuldade de elaboração, teorização, fundamentação e escolha sobre o quê pesquisar, diante dessa experiência e vivência com a categoria das travestis. Esses obstáculos metodológicos aliados as demandas cotidianas de engajamento e protagonismo na luta por uma sociedade igualitária e por um mundo com justiça social, e ainda, enquanto profissional de saúde no âmbito do serviço social, o enfrentamento da atual conjuntura do Corona Vírus e suas implicações e consequências na vida e na saúde mental da investigadora acabaram bloqueando e atrasando o processo de construção, elaboração, desenvolvimento da pesquisa, e conseqüentemente, deste documento e do produto final.

Ao mesmo tempo em que se desenvolve esse processo investigativo, a realidade exige respostas concretas e urgentes para as inúmeras violências e violações de direitos sofridas pela população travesti. Durante o período de organização desse documento, aconteceram atos de injúria, ameaça, negligência, várias formas de violência, homicídios motivados por crimes de ódio que provocaram ações, mobilizações e denúncias.

Como um fato preponderante desse cotidiano permeado pela precariedade da vida devido à violência contra as travestis, tem-se o assassinato de Crislaine, travesti, jovem residente em bairro periférico deste município, ativa nos grupos de cultura popular, sendo Contra-Mestre do reisado do bairro onde residia. Devota de Nossa Senhora Aparecida e Filha de Santo de terreiro de Umbanda, conhecida por sua alegria, simpatia e criatividade. A jovem foi encontrada sem vida em terreno baldio, acometida por vários golpes na cabeça, constatado como causa-mortis traumatismo craniano. A polícia fez a ligação do homicídio com o tráfico de drogas, característico daquela localidade, embora os movimentos sociais avaliassem que tal extermínio tenha sido motivado por transfobia (ódio as travestis e aos transexuais), pelo

requisito de crueldade e características do transfeminicídio³:



Figura 2. WÁ Coletivo

“Hoje homenageamos Crislaine Guedes, jovem LGBT e brincante de reisado. Queremos que ela seja lembrada assim: colorida, bonita, de cabeça erguida.

Esta intervenção está fixada no bairro João Cabral, lugar onde Crislaine vivia e participava ativamente de movimentos culturais e religiosos.

CRISLAINE GUEDES PRESENTE HOJE E SEMPRE!”

Juazeiro do Norte, 07 de abril de 2019, Editado Facebook.

Assim, configura-se esse procedimento investigativo: procurando visibilizar e evidenciar a existência das pessoas envolvidas nesse percurso, além de sugerir e apresentar conceitos epistemologicamente contemporâneos, fundamentados em autores atuais.

³ Bento (2014) afirma que o transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo, reforçando que a motivação da violência advém do gênero.

3 COMPREENDENDO A SEXUALIDADE: (RE) FAZENDO O CAMINHO

É possível ser construído um novo pensamento, uma nova ideia, uma teoria original acerca das diversas formas de sexualidade humana contemporâneas, que sejam capazes de minimamente reconhecer, traduzir e/ou tornar inteligível “outros modos de subjetividades”, os quais possam superar formas secularmente conhecidas, normatizadas e cristalizadas como verdade?

Faz-se necessário revisitar e contextualizar um pouco da história das sociedades hegemônicas para compreender como foram estruturados e elaborados, ao longo de épocas, conceitos e fundamentos acerca das interações, comportamentos, expressões do desejo humano e de que maneira essas perspectivas se solidificaram e padronizaram um conjunto de códigos e regras socialmente aceitos e normatizados.

No entanto, investigar o processo de legitimidade requer compreender que a produção de conhecimento validado, comprovado e considerado como científico se desenvolve a partir das relações de poder existentes nas sociedades, de acordo com o privilégio, a propriedade e a influência de quem o detém. Não é novidade saber que a elaboração de conceitos aceitos e verificáveis enquanto verdades absolutas foram construídos, sempre a serviço do poder dominante, seja ele político, social e/ou econômico:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder [...] a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (FOUCAULT, 1989, p. 11).

Portanto, ao pensar a história da sexualidade é necessário entender que as concepções e noções elaboradas sobre ela não passam de uma ‘verdade’ variável, ou seja, há uma descontinuidade de conceitos e definições, que são modificados de acordo com o tempo, o período histórico e as transformações sociais. Desta forma, ficam evidentes que descrições acerca da sexualidade também obedeceram ao padrão hegemônico de determinadas épocas.

A maioria dos estudos e pesquisas acerca da sexualidade no lado Ocidental foi desenvolvida por autores europeus e norte-americanos. Longe de querer aqui esgotar ou limitar esse conteúdo, pretende-se apenas situá-lo, resumidamente, de acordo com uma visão histórico-política desse fenômeno:

A compreensão da sexualidade ocidental pode ser dividida, didaticamente, em cinco etapas: compreensão mítica, semidivinizada, das sociedades agrárias no Oriente Médio; advento das civilizações urbanas do mundo antigo; civilização cristã; transformação do mundo medieval com o advento da sociedade capitalista; e perda da hegemonia europeia sobre o mundo (a sociedade de consumo) (QUIRINO, 2014, p. 19).

Assim, o período conhecido como Antiguidade Clássica, liderado pelas sociedades grega e romana, apresenta aspectos peculiares ao que chamamos de sexualidade, exibindo uma maior naturalidade e liberdade ao seu exercício, expondo um menor grau de pudores ou tabus a sua expressão:

Pode-se muito bem admitir a tese corrente de que os gregos dessa época aceitavam muito mais facilmente que os cristãos da Idade Média ou que os europeus do período moderno, certos comportamentos sexuais; pode-se muito bem admitir igualmente que as faltas e as más condutas nesse campo suscitavam, então, menos escândalo, e expunham a menos retorsão, tanto mais que nenhuma instituição — pastoral ou médica pretendia determinar o que, nessa ordem de coisas, é permitido ou proibido, normal ou anormal; pode-se também admitir que eles atribuíam, a todas essas questões, muito menos importância que nós (FOUCAULT, 1998, p. 30).

Para a era clássica, as expressões da sexualidade não suscitavam a inquietação que despertaram no Ocidente desde a época medieval, passando pela idade moderna ao mundo contemporâneo. A fluidez com que os gregos ou as sociedades orientais se relacionavam com o prazer sexual demonstra que o “saber” a esse respeito estava muito mais ligado a experiência pessoal ou a própria atividade prática do que vinculado a convenções ou tratados acerca de princípios de moralidade, religiosidade ou legislação: “Na Grécia, a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo-a-corpo de um saber precioso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento” (FOUCAULT, 2009, p. 70).

A espontaneidade e leveza com que eram tratadas as questões relativas à sexualidade, ao desejo e ao prazer na antiguidade clássica constituíram conceitos e verdades sobre o sexo numa perspectiva de representação fluida, aberta e exposta através de movimentos artísticos, o que Foucault reconhece como “*ars erótica*”:

Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer, e portanto, segundo sua intensidade, sua

qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma (FOUCAULT, 2009, p. 65, 66).

Atravessando séculos de liberdade do desejo e prazer sexual, é a partir do período medieval que conhecimento e teorias sobre sexualidade passaram a ficar intrinsecamente atrelados as questões de divindade/religiosidade, “pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre” (FOUCAULT, 2009, p. 11). Esse período coincide com a propagação do Cristianismo, o qual decreta “guerra” ao corpo e suas manifestações e expressões. Fundamentado no “pecado original”, o corpo passa a ser o maior castigo da humanidade. É o peso que nos separa de Deus:

O corpo foi o resultado de uma das várias tensões vividas no período, porque a “dinâmica da sociedade e da civilização medievais resulta [va] de tensões”. E uma das principais tensões no período “é aquela entre o corpo e a alma”. De um lado, é fruto da benção e da glorificação, principalmente religiosa (quando se trata do corpo de Cristo), de outro, é “desprezado, condenado, humilhado”. Isso porque “O corpo cristão medieval é de parte a parte atravessado por essa tensão, esse vaivém, essa oscilação entre a repressão e a exaltação, a humilhação e a veneração” (ROIZ, 2009, p. 406, 407).

Durante o sistema medieval, estando o corpo, e inevitavelmente a sexualidade subordinada aos dogmas e preceitos do cristianismo, nada mais natural que a relação saber-poder ficasse sob o domínio da igreja, através de todo seu aparato de persuasão e coerção: “Os textos da Bíblia, ricos e polivalentes, se prestam de bom grado a interpretações e deformações de todos os gêneros” (ROIZ, 2009, p. 409).

Portanto, lançou-se mão de um instrumento simbólico eficaz, fruto do convencimento e da indução, que oferecesse respaldo as bases do poder e da verdade sobre a sexualidade, bastante utilizado pelo cristianismo, principalmente no que se refere ao “santo” sacramento: a Confissão.

Desde a Idade Média, pelo menos, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção de verdade [...] (juramentos, duelos, julgamentos de Deus); e o desenvolvimento dos métodos de interrogatório e de inquérito [...] a instauração dos tribunais de Inquisição, tudo isso contribui para dar a confissão um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos (FOUCAULT, 2009, p. 66, 67).

A confissão para a idade média funcionou como um dispositivo de poder, objetivando a elaboração do saber e da verdade em torno da sexualidade, fundamentados nos

princípios e valores morais da igreja e do absolutismo monárquico. Esse mecanismo de poder supremo atravessou os séculos XVII e XVIII, período conhecido como “obscurantismo” da era medieval até o “século das luzes”⁴:

A confissão libera, o poder reduz ao silêncio; a verdade não pertence à ordem do poder mas tem um parentesco originário com a liberdade: eis aí alguns temas tradicionais da filosofia que uma “história política da verdade” deveria resolver, mostrando que nem a verdade é livre por natureza nem o erro é servo: que sua produção é inteiramente infiltrada pelas relações de poder. A confissão é um bom exemplo (FOUCAULT, 2009, p. 69).

Nessa perspectiva de ideologia da “escuridão”, “Meslier preconiza que o homem só será livre quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre” (PIVA, 2019, p. 102), ou seja, que a libertação contra todas as formas de opressão, exploração e injustiças sociais está na destituição do poder soberano do período medieval.

É somente a partir do século XIX, que a nasce de fato à expressão “sexualidade humana” como parte constitutiva da construção do sujeito, sendo investigada enquanto objeto cognoscível, ou seja, com a pretensão de conhecer tudo através do conhecimento e do saber da ciência, a qual se amplia para além do propósito das concepções religiosas e ganha destaque nos espaços científicos, jurídicos e sociais: “No curso do século XIX vemos a sexualidade ser tomada como objeto de pesquisa das ciências do comportamento e da psique” (SOUSA NETO, 2018, p.30). É o que Foucault chama de ‘Scientia Sexualis’:

O próprio termo "sexualidade" surgiu tardiamente, no início do Século XIX. É um fato que não deve ser subestimado nem superinterpretado. Ele assinala algo diferente de um remanejamento de vocabulário; mas não marca, evidentemente, a brusca emergência daquilo a que se refere. O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua

⁴ O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política. Este movimento promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais, baseadas nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. O Iluminismo tinha o apoio da burguesia, pois os pensadores e os burgueses tinham interesses comuns. As críticas do movimento ao antigo regime eram em vários aspectos como: mercantilismo; absolutismo monárquico; poder da igreja e as verdades reveladas pela fé. Com base nisso, pode-se afirmar que o Iluminismo defendia: a liberdade econômica sem a intervenção do estado na economia; Antropocentrismo, ou seja, o avanço da ciência e da razão; predomínio da burguesia e seus ideais.

conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (FOUCAULT, 1998, p. 04).

Para tanto, a ciência moderna se apropria da temática da sexualidade como forma de estabelecer regras e disciplinar o seu exercício com o objetivo de manutenção e de controle da hegemonia em nossa sociedade. Segundo Louro (2016, p. 81): “Busca-se, tenazmente, conhecer, explicar, identificar e também classificar, dividir, regrar e disciplinar a sexualidade. Produzem-se discursos carregados da autoridade da ciência. Discursos que se confrontam ou se combinam com o da igreja, da moral e da lei”.

É nesse período que se constituem as diferenças sexuais, numa ‘história’ das tecnologias que dão origem aos corpos, aos gêneros, aos sexos, a “invenção” do masculino e feminino: “O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla de ‘perversões’. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais” (FOUCAULT, 2009, p. 44).

Além de tal diversificação no campo das sexualidades, esse período ainda é marcado pelo renascimento urbano e monetário e o surgimento de um nova classe social, a burguesia. Esta nova reconfiguração política, econômica e social da era moderna cria e dita modelos que irão demarcar e categorizar as noções de normalidade e anormalidade, com o objetivo de concentrar e perpetuar o poder predominante:

Toda esta atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora? (FOUCAULT, 2009, p. 44).

Ainda, referindo-se ao final do século XIX até a metade do século XX, quando o conceito de gênero é inserido na pauta das discussões “juristas, psiquiatras, endocrinologistas e outros especialistas ligados à medicina e ao direito classificariam, prescreveriam, segregariam sujeitos a partir do exercício erótico e da construção que fizessem das masculinidades e das feminilidades” (SOUSA NETO, 2018, p.30):

É preciso considerar, ainda, que o conceito de gênero tem caráter histórico, o que indica a permanente construção e desconstrução do mesmo. Num processo que vem marcado pelas relações de poder capazes de instituir “verdades” sociais. Esse movimento de construção-desconstrução só é possível porque existem outros discursos sendo formulados, e ainda que

estejam a margem, se colocam como alternativas aquele que se pretende hegemônico. Essa possibilidade se dá não apenas pelas mudanças experimentadas no plano social, mas também pelo caráter reflexivo da teoria de gênero (PELÚCIO, 2004, p.133, 134).

Em se tratando de gênero, o poder instituído se favorece das muitas maneiras de normatizar os corpos, expressões da sexualidade, diversidade e criatividade das práticas sexuais e condicionar as identidades, ou seja, exerce total controle sobre esse campo dos comportamentos e subjetividades de gênero:

As performances de gênero, a sexualidade e a subjetividade são níveis constitutivos da identidade do sujeito que se apresentam colados uns aos outros. O masculino e o feminino só se encontram por intermédio da complementariedade da heterossexualidade. Quando há qualquer nível de deslocamento, deve haver uma intervenção especializada, principalmente de algum especialista das ciências psi, para reestabelecer a ordem e a “coerência” entre corpo, gênero e sexualidade (BENTO & PELÚCIO, 2012, p. 571).

Além da padronização/limitação, contenção e controle dos corpos, esse período também é marcado pela patologização das práticas sexuais que não sejam reprodutivas, dos fetiches, do desejo e da criação das parafilias (formas degeneradas da sexualidade). Portanto, quem estiver fora dessa normatização das expressões da sexualidade e gênero é classificado com características de anormalidade:

O sexo, ao longo de todo século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas (FOUCAULT, 2009, p. 63).

“Natural” e “normal” se transformaram, a partir de discursos científicos consolidados ao longo do século XIX, em adjetivos correlatos. Os comportamentos tidos como desviantes seriam, assim, antinaturais. Passíveis, portanto, de regulação, intervenção, e por que não, cura (PELÚCIO, 2004, p.126).

As concepções teóricas, religiosas e científicas que estão no campo da disputa conceitual acerca da sexualidade e gênero, salvo suas diferenças, concordam que gênero vem naturalizado e associado à cultura. Assim, Bento e Pelúcio, (2012, p. 575) afirmam que: “Discutir gênero é se situar em um espaço de lutas marcado por interesses múltiplos. A natureza do gênero é ser desde sempre cultura. Nas últimas décadas, essa disputa interna e

externa ao mundo acadêmico ficou explicitada”. Além da categoria gênero enquanto construção cultural, os poderes legitimados só reconhecem como inteligíveis as estruturas binárias de classificação da sexualidade, dividindo a civilização Ocidental em apenas duas disposições e/ou categorias de sexo: macho ou fêmea. E ainda, duas características de gênero: masculino ou feminino; sendo cada particularidade atribuída, padronizada e condizente com o seu sexo de referência:

Explicam a sexualidade e as identidades de gênero dentro de uma perspectiva que, a rigor, flerta ou adere com a ideia de que há apenas dois gêneros (masculino e feminino), duas orientações sexuais (homossexual e heterossexual) e de que tanto os gêneros quanto as orientações sexuais são “naturais” ou até gerados por componentes biológicos/genéticos (COLLING, 2013, p. 408).

O que foge a essa normativa, qualquer dissidência, alteração ou desajuste dessas regras preestabelecidas socialmente é classificado como sacrilégio ou anormalidade. Refletem de um lado pureza e normalidade, de outro pecado e adoecimento, buscando uma explicação ou interpretação do mundo baseadas na saúde ou na doença do corpo e da mente:

No presente, o senso comum, que também muda seus preceitos uma vez que é historicamente informado, afirma o dimorfismo entre homens e mulheres baseando essa argumentação na observação e referendando-a nas ciências biológicas, como aquelas que já ofereceram provas indiscutíveis da radical diferença sexual que separa corpos sexuados. O pensamento científico hegemônico se apropria das recorrências observáveis nas relações entre os gêneros para conferir cientificidade aos seus achados, reforçando circularmente a diferença sexual natural, subsumindo nessas “verdades” os aspectos culturais e simbólicos que constituem nossas percepções sobre corpos, gêneros, órgãos e fluidos (BENTO & PELÚCIO, 2012, p. 575).

Porém, como a história é cíclica, para o final do século XX, mais precisamente a partir da década de 1990, surgem novos conceitos que abrangem as transições de gênero para além das fronteiras binárias. Um termo comumente utilizado nos Estados Unidos como pejorativo, insulto que denota inconformidade com o que é aceito, padronizado, legítimo e saudável adquire caráter político para designar tudo o que transgride as regras de normalidade: o queer.

A escolha do termo queer para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, destacava o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização focada na sexualidade. Desta forma, os teóricos queer delimitavam um novo objeto de investigação: a

dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais (PERES; TOLEDO, 2011, p. 263).

É a partir desse arcabouço dos estudos queer, que se insurgem novas e diversas formas de apresentação da sexualidade:

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são ‘representáveis’ porque são ‘monstruosas’ e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção dos saberes científicos dos normais (PRECIADO, 2011, p. 18).

Essa multiplicidade de sexualidades e gêneros se apresentam em contraponto àquela divisão binária que não considera a diversidade e pluralidade dos corpos e identidades, desconstruindo a compreensão de conceitos legitimados e cristalizados acerca da sexualidade humana. É nesse sentido que Pelúcio (2004, p. 134), argumenta: “Essa nova corrente propõe uma análise da cultura a partir de um outro paradigma científico, cuja proposta teórico-epistemológica implica num deslocamento do olhar do cientista do ‘centro’ da sociedade para suas ‘margens’”.

Os estudos queer buscam deslocar a questão da sexualidade e do gênero às identidades dos sujeitos, focando seu interesse investigativo nos discursos de saber que constituíram determinadas existências como menos legítimas que outras, patologizando comportamentos, criminalizando práticas e desejos a partir da naturalização/legitimação da heterossexualidade (BENTO & PELÚCIO, 2012, p. 570).

Proponho nos lembrarmos de que o termo queer não designa identidade, mas aliança, e é um bom termo para ser invocado quando fazemos alianças difíceis e imprevisíveis na luta por justiça social, política e econômica (BUTLER, 2018, p. 51).

Portanto, o termo queer vai além da classificação dos corpos em identidade de gênero e/ou identidade sexual, desconstruindo a noção de categorias hierárquicas da sexualidade normatizada e padronizada. É um dispositivo político de contestação e oposição aos padrões predominantes da sexualidade humana, agregando os seres considerados abjetos, os que escapam as normas, os corpos dissidentes e transgressores nas fronteiras da “normalidade” e “naturalidade” hegemônicas.

3.1 Transgressão e atravessamento dos corpos: a identidade travesti

Há formas de sexualidade para as quais não existe um vocabulário adequado precisamente porque as lógicas poderosas que determinam como pensamos sobre desejo, orientação, atos sexuais e prazeres não permitem que elas se tornem legíveis? Não existe uma exigência crítica para repensar nosso vocabulário existente, ou revalorizar nomes desvalorizados e formas de discurso precisamente para abrir as normas que limitam não apenas o que é pensável, mas a possibilidade de pensar as vidas fora da conformidade de gênero? (BUTLER, 2018, p. 30).

Para Butler, os dispositivos discursivos de poder em torno do gênero e sexualidade se utilizam da linguagem para legitimar e perpetuar os padrões normativos em torno desse campo. O que transgredir as normas, o que foge aos padrões não possui vocabulário científico legitimado para sua definição, com o objetivo mesmo do não reconhecimento, da não possibilidade de existência, de não permitir sua inteligibilidade pelos mecanismos de poder.

Nesse sentido, faz-se necessário debruçar-se sobre alguns conceitos importantes para a composição deste estudo, como: Transgênero, Transexual, Travesti, Travestilidade. Pelo dicionário, percebe-se que o prefixo TRANS significa: através, além de, ou seja, é uma qualidade que determina para além de algo ou alguma coisa. Desde a medicina às ciências humanas e sociais, muitos autores clássicos que se detiveram a observar a história da sexualidade já tentaram definir esses conceitos, na tentativa de aproximação/decodificação e até tradução das concepções que complementam o prefixo TRANS. Muitas dessas traduções se encontram ultrapassadas, inclusive são criticadas por autoras/es contemporâneas/os que assumem essas diversas identidades em trânsito. Porém, foi dada preferência a citar alguns desses pontos de vista nessa dissertação, como forma de dialogar com o leitor e facilitar o mínimo de entendimento acerca de tais termos, ao mesmo tempo em que se pensou mesclar tais definições com interpretações e conceituações aproximadas das próprias autoras que acolhem para si tais identidades, na perspectiva de apresentar um texto mais compreensível, empático e menos discriminatório.

Assim, os conceitos do prefixo TRANS se atravessam mutuamente, na perspectiva de uma nova etiologia da identidade, que possa denotar sentido a tudo o que foge os condicionantes binários. Segundo Pelúcio, (2004, p. 129) “as travestis são pessoas em processo, sempre em construção, nunca acabadas. Vão se fabricando a partir de diversas tecnologias, inclusive as de gênero. Travestis são TRANSgênero, perpassam o criticado binarismo macho/fêmea, masculino/feminino”.

É necessário considerar que dizer que um corpo é construído não é dizer que ele é completamente construído, ou que ele não é nada senão uma construção [...] Um corpo é modelado e dotado de significado em virtude do paradigma histórico em que ele é compreendido (BUTLER, 2016, p. 24).

Acreditava-se que transgênero eram pessoas que transitavam entre os gêneros apenas com o propósito passageiro de atividades laborativas artísticas, culturais ou eróticas, ou seja, somente apresentavam uma performance ou desempenhavam um papel diferentemente do seu gênero de origem, como as drag queens, drag kings, crossdressers e/ou transformistas. Assim:

[...] podemos definir transgêneros como pessoas que, temporariamente ou não, constroem suas estéticas e expressões de gêneros contrárias ao que é socialmente estabelecido para os nascidos com seus sexos biológicos (s.i.c.), e que não se encaixam nas definições políticas estabelecidas para as expressões “transexuais”, “travestis”, “homem”, “mulher” ou mesmo “lésbica”, “gay” e “bissexual”, categorias que traduzem mais a questão da orientação sexual do desejo que da identidade de gênero (PERES; TOLETO, 2011, p. 265).

A vida de pessoas trans é também potência de vida a partir da resistência. Transgeneridade é também afirmação da vida. A transgeneridade não é produto nem reprodutora de dor e sofrimento a partir de um funcionamento tautológico de uma relação de poder fechada sobre si mesma. As relações de poder são abertas às contradições que as constituem (BAGAGLI, 2017, p. 30 in GRUPO ..., 2017, p.30).

Para além das transgeneridades, há muitas e diversas identidades sexuais que transgridem as normas e códigos legitimados da sexualidade, como por exemplo a transsexualidade, a qual se apresenta revelando uma diversidade de possibilidades de ser/estar perpassando corpos, estéticas e expressões despadronizadas. Essas muitas possibilidades se atravessam entre si, num emaranhado complexo e performativo das vivências.

[...] transexuais são pessoas que não se identificam com [...] suas atribuições sócio-culturais, podendo, às vezes, utilizarem a cirurgia de transgenitalização para construir suas expressões de gêneros em consonância com seu bem estar bio-psico-social e político, podendo ser FtM (femme to male – mulher a homem) ou MtF (male to femme – homem a mulher) (PERES; TOLETO, 2011, p. 265).

Leite Júnior (2008) sustenta que o discurso científico, militante e da cultura de massa sobre travestilidades estão intrinsecamente relacionados ao discurso sobre transsexualidades e que somente a análise clínica tem uma diferenciação rígida dos limites de uma ou outra identidade (FERREIRA, 2018, p. 80).

Entretanto, abrangendo as transgeneridades e transexualidades, busca-se uma aproximação com a terminologia travestilidade de forma a tentar compreender o fenômeno estudado. Isso não significa que o objetivo seja traduzir, decodificar ou mesmo conceituar o ser ‘travesti’, apresentando naturalmente essa necessidade, ocasionada pela ‘taxonomia’ classificatória e categórica das palavras.

[...] a questão que eu acho muito engraçada sobre a palavra travesti é que a palavra travesti é uma das identidades de gênero mais difíceis de definir, ela é das que mais escapa à definição. Tu pode muito bem dizer o que uma travesti não é, mas tu não pode dizer direito o que uma travesti é: muitas coisas se incluem dentro desse sujeito travesti [...] digamos que a gente imagine a mulher dentro de uma identidade de gênero feminina, mais para mim a travesti acredita que existem mais gêneros femininos do que o gênero mulher: como o gênero travesti (Sophia, in FERREIRA, 2018, p. 74 e 75).

Diante do conceito travesti, é importante recorrer ao que Benedetti (2005) aponta sobre esta identidade estar atrelada a modificações que contornam o corpo, construindo-o da maneira mais similar possível a imagem corpórea feminina. Pelúcio, (2004, p. 125) diz que “ao construírem para si uma imagem feminina, adotando inclusive, nome de mulher, me parece que preferem ser tratadas no feminino. Aliás, é assim que se tratam entre si”.

Contudo, essa figura que se assemelha e adota atributos femininos apresenta mais do que feminilidade como característica única deste grupo, sabendo-se que a composição da identidade travesti se apresenta sempre em trânsito e em permanente construção:

[...] travestis são pessoas que se identificam com as imagens e estilos diferentes do esperado socialmente para seu sexo biológico (s.i.c.) e que desejam e se apropriam de indumentárias e adereços dessas estéticas, realizando com frequência a transformação de seus corpos por meio da ingestão de hormônios e/ou da aplicação de silicone industrial, assim como pelas cirurgias de correção estética e de implante de próteses, o que lhes permitem se situar dentro de uma condição agradável de bem estar biopsicosocial (PERES; TOLETO, 2011, p. 265).

Anteriormente a esse processo de transformação ou desconstrução e reconstrução dos corpos, tem-se a estética dos modos, dos trajés, dos comportamentos e das roupas como normatividades de gênero pré-estabelecidas, que abarcam também as dissidências sexuais e de gênero. Desta forma, Bento (2014) complementa:

O sentido que se atribui às roupas e aos acessórios liga-se a um campo mais amplo de significados, que extrapola a ideia de um “gosto pessoal”, vinculando-se às normas de gênero que estabelecem determinadas formas de

cobrir os corpos-sexuados. As roupas não cumprem exclusivamente um papel funcional. Conforme apontaram Villaça & Fred Góes (1998), as roupas constroem *habitus* pessoais que articulam relações entre o corpo e o seu meio. Pode-se sugerir que, para a formação dos *habitus* dos gêneros, a estética participa de forma a dar a visibilidade aos treinamentos propriamente corporais (BENTO, 2014, p. 205).

Desde a história da humanidade mais remota, nos estudos de mitologia grega há 3.000 a.c. já se filosofava acerca da junção dos sexos homem x mulher para a construção de um novo ser que viesse ampliar essa visão binária de sociedade: “Hermafrodito (emprego: *Ἑρμαφρόδιτος*), na mitologia grega era filho de Afrodite e de Hermes, equivalente a Afrodito. Este representa a fusão dos dois sexos e não tem gênero definido” (MITOLOGIA E ARTE, 2018).



Figura 3 Hermaphroditus, estátua de Pergamum, período Helenístico 3.000 a.c., museu de Istanbul, em *Só História*.

Em se tratando das observações e descobertas acerca das peculiaridades dessa nova modalidade de se portar no mundo, ou seja, das apropriações do masculino pelo universo feminino, das trocas nas expressões corporais, vestimentas e tratamentos linguísticos de um gênero por outro; ainda que esse assunto permeasse informalmente nas pesquisas e investigações de meados do século XX,

[...] é apenas em 1910 que surge um dos mais importantes e completos estudos científicos sobre sexualidade e vestimentas: *Die Transvestiten*, traduzido para o inglês como *Transvestites – the erotic drive to cross dress*, escrito por Magnus Hirschfeld, renomado médico e psicólogo alemão do período e um dos criadores da “sexologia”. Foi este livro que originou os termos “travesti” e “travestismo”, associando o uso de roupas do sexo

“oposto” a um sentido sexual (LEITE JÚNIOR, 2008, p. 100).

A identidade travesti tem suas bases fundamentadas na correlação entre corpo, sexo, gênero e roupas/traje, num determinado contexto histórico. Como define Veras (2015), em seu livro: *Carne, Tinta e Papel: a emergência do sujeito travesti público midiaticizado em Fortaleza no tempo dos hormônios/farmacopornográficos*, o qual revela que nas décadas de 50 e 60, ser travesti significava basicamente se vestir com roupas, acessórios e adereços femininos, aproximando-se o máximo possível daquele estereótipo de mulher. A construção do termo, dos corpos e da identidade travesti contemporâneos acontecem a partir da década de 1970, com o advento da pílula anticoncepcional feminina, facilitando a hormonização e modificação do corpo, transformando-o nesse nova 'identidade de gênero': a travesti:

[...] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas de seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido com o das mulheres; vestem-se cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina (BENEDETTI, 2005, p.17 apud ANDRADE, 2015, p. 109).

Outra forma de transformação ou modificação dos corpos, além da utilização da hormonização da pílula anticoncepcional para composição do corpo travesti, com resultado mais invasivo, agressivo, porém mais rápido é: “Bombar, prática esta desenvolvida na maioria das vezes por “travestis mais velhas”, chamadas de “bombadeiras [...] prática clandestina [...] injetar silicone líquido no corpo” (ANDRADE, 2015, p. 111, 112).

Entretanto, para além das modificações/reconstrução biológica dos corpos, vestimentas, adereços, acessórios, estética e modos de comportamento associados e inerente ao universo feminino, acredita-se ser importante refletir sobre outro termo que está imbricado nestas definições: a identidade:

As múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social não podem ser reduzidas a categoria ou classificações unificadoras, pois estas, ao tornar equivalentes visões de mundo e identidades, às vezes até antagônicas, podem ser arbitrárias (BENEDETTI, 2005, p.17 in ANDRADE, 2015, p. 108, 109).

Segundo Andrade (2015), a terminologia identidade constitui forte linearidade gráfica, mas não somente com a nomenclatura ‘identificação’, palavra permeada de sentidos e marcas que atravessam o corpo e a vivência das pessoas. Desta maneira, a autora aponta que o processo de identificação não é único, visto que não existe a figura exata de ser um universal,

uma identidade unitária e absoluta. Este debate se caracteriza de forma importante frente a ideia de travestilidade, pois esta se apresenta em constante transitoriedade em sua composição.

E daí tem muita gente que eu conheço que são ativistas travestis que batem no peito pra afirmar “não sou transexual, não sou mulher trans, sou travesti”, e põe travesti como uma categoria independente, como uma categoria não binária – que eu acho extremamente (se a gente for falar), extremamente próximo da percepção do *queer* – mas as pessoas querem ser *queer*, elas não querem ser travesti... (Sophia, in FERREIRA, 2018, p. 75).

A travesti pode ser compreendida enquanto uma identidade sexual que constrói sua afinidade e semelhança com o corpo feminino a partir da intervenção de hormônios orais, silicones industriais e/ou próteses mamárias que alteram e modificam a silhueta daquela pessoa, aproximando-a o máximo possível de uma feminilidade. Atualmente, a identidade travesti pode também não compreender as intervenções corporais, situando-se mais como expressão de gênero, sem necessariamente passar por interferências hormonais e cirúrgicas.

A fabricação do corpo “de mulher” (e da pessoa travesti, inclusive acompanhada pela mudança de nome) inicia-se com a ingestão de hormônios femininos e anticoncepcionais, facilmente encontrados nas farmácias. A decisão de começar com os hormônios coloca de fato aquele indivíduo no mundo travesti [...] Ao transformarem seus corpos de maneira radical na busca por uma outra sexualidade, as travestis desafiarão os aparatos de controle da sexualidade (PELÚCIO, 2004, p. 136, 137).

Entretanto, para além das atribuições biológica e estética da constante transformação dos corpos permeados pelo contínuo ato de fazer-se, desfazer-se e refazer-se, utilizando o corpo como matéria prima de subjetivação e composição de si, compreende-se como sendo de extrema relevância nesse processo a definição metafórica de “transmutação” de Andrade (2015):

Inspirada no processo de metamorfose em que lagartas se transformam em borboletas, penso a transformação de um corpo masculino em feminino. E este processo é uma necessidade vital para a existência das travestis tanto quanto para as borboletas. Na travesti, essa metamorfose corporal tem como objetivo central adequar seu corpo “masculino” à sua construção mental “feminina” (ANDRADE, 2015, p. 109).

Ainda, esse corpo é atravessado por expressões e performatividades atribuídas ao gênero feminino nos modos de agir, sentar, vestir-se, expressar-se e se comportar de acordo com tal gênero legitimado. Assim:

Não é, absolutamente, no caso das travestis, construir pra si uma personagem, isto é, representar um papel como figura ficcional, mas agir dentro de uma performatividade que não tem relação com atos teatrais que sugerem representações de papéis, senão com discursos que constroem sujeitos dentro de relações de poder (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 263).

Dizer que o gênero é performativo é dizer que há um certo tipo de decreto; a “aparência” de gênero é frequentemente tomada de maneira errônea como um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é incitado por normas obrigatórias que demandam que nos tornemos um gênero ou outro (comumente dentro de um molde estritamente binário (BUTLER, 2016, p.32).

Desde então, o universo da travestilidade ganha destaque e pluralidade de conceitos, estritamente ligados à orientação sexual, identidade sexual, expressão/performatividade de gênero de acordo com o comportamento, as vestimentas, transformações, modificações e construções dos corpos, além das formas de relacionamento social e sexual dos indivíduos. Isso não significa que estas expressões de gênero sejam reconhecidas e legitimadas enquanto normatizadas, saudáveis e até aceitáveis pela sociedade contemporânea:

Quando uma pessoa vive enquanto um corpo que sofre reconhecimento indevido, possivelmente insultos ou assédios, discriminações culturais, marginalização econômica, violência policial ou patologização psiquiátrica levam a uma maneira desrealizada de viver no mundo, uma forma de viver nas sombras, não enquanto um sujeito humano, mas como fantasma (BUTLER, 2016, p.28).

É a partir dessas identidades abjetas, excluídas, ilegítimas que se tem a necessidade de explorar esse campo de pesquisa científica:

Personagens que transgridem gênero e sexualidade podem ser emblemáticas da pós-modernidade [...] A visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, mais do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades. São significativas, ainda, por sugerirem concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicação das formas de gênero e de sexualidade (LOURO, 2016, p. 23).

4 O PODER “EDUCATIVO” DE REPRODUZIR NORMAS E VALIDAR ABJEÇÕES

Como já evidenciado no capítulo 03, é a partir do século XIX que a sexualidade humana se constitui enquanto conceito e se amplia para além do objeto de preocupação da religião, passando a ser propósito das ciências, da medicina, da justiça e das relações sociais. Porém, essa ampliação do campo de atuação dá prosseguimento ao entendimento de descrever, explicar, compreender, regular, disciplinar, enquadrar, normatizar os aspectos da sexualidade sob a ótica do poder hegemônico (FOUCAULT, 1998).

É na família onde se encontra o ambiente favorável as primeiras vivências de transmissão de experiências e costumes para o desenvolvimento de comportamentos sociais solidificados e padronizados enquanto normas e regras aceitas e legitimadas. Esse é o local onde começam a ser demarcadas as diferenças de gênero e sexualidade, desde a concepção dos seres humanos, permeando grande parte das suas existências.

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos – continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência. Daí porque aqueles que escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos – e sujeitos – ilegítimos, imorais ou patológicos (LOURO, 2016, p. 84).

Desta forma, são utilizados diversos recursos e mecanismos de controle e imposição das normas e regras, para que estas sejam seguidas, cumpridas, absorvidas e naturalizadas enquanto verdade absoluta. Esses instrumentos de ‘doutrinação’ vão desde a linguagem, os costumes, as ideologias religiosas, até as instituições e instâncias formais de educação e disciplinamento, como afirma Louro (2014, p.69, 71):

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente – tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito ‘natural’. Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças [...] A linguagem institui e demarca os lugares do gênero não apenas pelo ocultamento do feminino, e

sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros (do mesmo modo como utiliza esses mecanismos em relação às raças, etnias, classes, sexualidades etc.).

A manutenção das diferenças se traduz no cotidiano das práticas educativas, quando o binarismo está presente e é o dispositivo primordial para o disciplinamento dos corpos e identidades, classificando, dividindo e separando os sujeitos em apenas dois sexos: macho e fêmea, dois gêneros: masculino e feminino. Toda a diversidade e pluralidade de estéticas que escapam a essas regras são tidas como transgressoras dos padrões, dissidentes e abjetas.

Os esforços empreendidos para instituir a norma nos corpos (e nos sujeitos) precisam, pois, ser, constantemente reiterados, renovados e refeitos. Não há nenhum núcleo efetivo e confiável com base no qual “a norma”, ou seja, a consagrada sequência sexo – gênero – sexualidade possa fluir ou emanar com segurança. O mesmo se pode dizer a respeito dos movimentos para transgredi-la. Essas também supõem intervenção, deslocamento, ingerência. Em ambas as direções, é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam. Assim, os corpos são marcados social, simbólica e materialmente – pelo próprio sujeito e pelos outros. É pouco relevante definir quem tem a iniciativa dessa “marcação” ou quais suas intenções, o que importa é examinar como ocorrem esses processos e seus efeitos (LOURO, 2016, p. 85).

Essa argumentação se torna mais evidente quando se trata da temática de gênero e sexualidade humana sob o viés da travestilidade. Que corpos seriam mais transgressores e desviantes dos padrões, da conduta, da moral e da normatividade do que os corpos travestis?

Ela (a marcação dos corpos) poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar determinados postos; que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado (LOURO, 2016, p. 86).

A perspectiva da travestilidade sugere alguns caminhos para o enunciado de palavras menos usuais ao cotidiano do que é aceito e normatizado enquanto científico. O próprio prefixo TRANS já nos remete a reflexões sobre termos considerados desviantes, dissidentes, fora dos padrões da norma e aceitação social. Nesse sentido, a palavra ‘abjeto’ se centraliza nessa discussão, pois ela é atribuída como qualificação das travestis, enquanto pessoas

consideradas anormais, socialmente desprezíveis, sem valor moral nem humano, completamente excluídas de qualquer estrutura social, privadas de direitos primordiais a vida.

O corpo abjeto é aquele que não é percebido, entendido, inteligível. A pessoa considerada abjeta é aquela que causa incômodo a norma preestabelecida, ou seja, ela produz uma coerência arbitrária ao que é socialmente considerado normal e legítimo. Seres considerados abjetos não são compreendidos nem reconhecidos enquanto dotados de humanidade ou passíveis de vida.

Como propõe Miskolci, para que se discuta o que é “normal”, o que é “desvio”, é preciso que estejamos atentos para o fato de que “o normal não é um dado natural e evidente, antes o resultado de discursos e práticas sociais [...] “A normalidade tem uma história” (Miskolci, 2003:109). E ao longo dessa história as travestis têm sido alocadas na categoria dos “seres abjetos” (Butler, 2002:19) ou dos “degenerados”, como preferiu o discurso médico normatizador e consolidados da visão burguesa sobre sexualidade (PELÚCIO, 2004, p. 126).

O sentido de ‘abjeto’ é assinalado como aquilo que não tem lugar, não tem sentido e só se pode lidar com ele na tentativa incessante de enquadrar, reprimir, aniquilar, exterminar: seja numa transgressão, seja numa zona de exclusão, seja na expulsão, seja para retirar do campo de visão, portanto, uma espécie de ‘higienização social’. É nesse lugar em que estão inseridas as travestis, ‘no lado de fora’ da chamada sociedade.

4.1 Dissidência e abjeção: da sobrevivência à resistência

Embora vivemos o grande avanço da visão progressista e desenvolvimento sociocultural, político, econômico e tecnológico do século XXI, ainda continuamos arraigados a normas, padrões sociais e comportamentos rigorosamente excludentes, discriminatórios, retrógrados, valorizando uma sociedade machista, patriarcal, classista, misógina, racista e LGBTfóbica:

[...] uma lógica ideológica, marcada por uma maneira de ver o gênero naturalizado como sexo e como tal, sem possibilidade de mudança e com consequências para a manutenção de um modelo de família muito tradicional, falsamente tido como maioritário, centrado no casal heterossexual reprodutor, com uma divisão sexual do trabalho clássica e que parte do contrato/sacramento do casamento, que vai alimentar imaginários religiosos e conservadores, heteronormativos, misóginos e transfóbicos (OLIVEIRA, 2016, p. 116).

Há uma grande preocupação em torno da questão da sexualidade. Estabelecemos nossas relações sociais, políticas, econômicas e culturais através de uma moralização e normatização das sexualidades, das identidades e dos gêneros, impondo, controlando e reprimindo o que ‘escapa’ ao caráter binário dessa sociedade. Ou seja, o que foge, desvia ou transgredir a heterossexualidade e a cisgeneridade (identidade de gênero correspondente ao sexo da pessoa, definida socialmente desde a concepção/nascimento) impostas enquanto normas preestabelecidas, é considerado sujo, pecado, desviante, marginal ou doente:

Há normas sexuais e de gênero que condicionam o que e quem será “legível” e o que e quem não será, e que expõe aquelas pessoas que falham em serem registradas dentro da inteligibilidade a formas diferenciais de violência social (BUTLER, 2016, p.35).

Contudo, em pleno percurso dinâmico da transformação da humanidade, onde ao longo dessa trajetória pudemos observar grandes transformações de conceitos e definições, modificação e implementação de legislação em favor de direitos sociais e da dignidade de todas as pessoas, comemorando setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009), a qual foi constituída com o objetivo de garantir a qualquer ser humano condições mínimas de sobrevivência e crescimento em ambiente de respeito e paz, igualdade e liberdade, assegurando: “Artigo I – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] Artigo III – Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e a segurança pessoal. Artigo VII - [...] Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

Embora seja nomeada “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, sabemos que essa ‘universalidade’ é paradoxalmente restritiva a quem é e quem não é passível desses direitos. Vivemos em constate tensionamento entre quem é provido de ter garantido seus ‘direitos humanos’ e quem está totalmente desprovido, excluído e marginalizado desse processo. É nesse sentido que se explicita a violência enquanto aparato de regulação e coerção social. Ela funciona como código normativo, ou seja, mecanismo punitivo de imposição e verificação da normalidade e legitimidade compulsórias:

Entretanto, se abordamos essa questão do ponto de vista da distribuição demográfica e desigual de precariedade, então temos que perguntar: As vidas de quem são abreviadas mais facilmente? As vidas de quem são mergulhadas

em um sentido maior de transitoriedade e mortalidade precoce? Como essa exposição diferencial à mortalidade é gerenciada? (BUTLER, 2018, p. 36).

A realidade revela explicitamente como esse mecanismo funciona, quando escancara cotidianamente uma estatística perversa de violência e violações, discriminação de toda natureza, preconceito e exclusão, culminando em homicídios, extermínio e genocídio generalizado da população travesti e transexual brasileira:

[...] temos a lógica da violência, simbólica ou não, sobre a diversidade do gênero, através do exercício da violência e mesmo do assassinato contra pessoas queer e trans*. De acordo com Balzer e Hutta (2012), no relatório da Transgender Europe, o caso do Brasil é o pior dos casos contabilizados (sempre subestimados). É o país do mundo com mais casos noticiados de assassinatos contra pessoas trans* até 2011. Esses números, obtidos nesse relatório, mostram que no Brasil ocorreram 50% (325) dos homicídios de pessoas trans* na América do Sul e Central (644) e 39% dos homicídios de pessoas trans* em todo o mundo (831), entre os anos 2008 e 2011 (OLIVEIRA, 2016, p. 116).

Partindo desse pressuposto, traçamos um panorama atual da violência estrutural e dos assassinatos contra as dissidências de gênero no Brasil, aonde verificamos que: “a cada 19 horas um(a) LGBT morre no Brasil por ser LGBT – ou seja, por conta da LGBTfobia”, segundo dados do Grupo Gay da Bahia (POLITIZE, 2019). Para tanto, podemos associar esses mecanismos de violência ao conceito de “necropolítica” de Mbembe:

A necropolítica é uma forma de soberania assente na instrumentalização generalizada da existência humana e na destruição material de corpos humanos e populações (Mbembe, 2003, p. 14). Enquanto Foucault (2008) se centrou na biopolítica e no biopoder, o foco na necropolítica implica em determo-nos, como explicam Haritaworn e outros (2014), em determinadas populações que são sujeitas a um *overkill* (um excessivo número de homicídios, como é o caso da população trans* no Brasil e noutros países), o que coloca essas populações numa ontologia de quase vida, dada a vulnerabilidade dessas populações ao necropoder (OLIVEIRA, 2016, p. 117).

Foucault (1989), já havia teorizado sobre a diferença entre a política que coloca a morte escancarada a determinadas populações e aqueles mecanismos de poder que produzem condições de negligência e abandono sistemáticos por parte do estado, ou seja, os que, por sua ausência, permitem que as pessoas morram. A isto, o autor chamou de Biopoder.

Sendo a necropolítica a expressão máxima da soberania quanto ao poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer: “exercitar a soberania é exercer

controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 123). Ressalta-se que essa sentença é alcançada com êxito através do dispositivo da violência, a qual não acontece apenas de forma explícita, mas também quanto a negligência e ao abandono de determinadas populações pelo aparato do estado, mecanismo que deveria estar ao alcance de todas/os/es.

Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018, p. 28).

Entretanto, em se tratando da comunidade travesti e todo o sistema de privação, exclusão e abandono a qual essa comunidade se encontra exposta, percebe-se que a mesma população está imersa e é amplamente atingida pela necropolítica, como afirma Butler em seu livro *Corpos em aliança e a política das ruas* (2018):

Não impedir a violência contra as comunidades de minorias por parte da polícia do Estado é uma negligência criminosa, que permite à polícia cometer um crime e as minorias serem vítimas da precariedade nas ruas [...] Como sabemos, algumas vezes é a força policial do Estado que pratica violência contra as minorias sexuais e de gênero, e algumas vezes é a polícia que deixa de investigar, deixa de processar como crime o assassinato de mulheres transgêneras ou prevenir, deixa de impedir a violência contra membros transgêneros da população (BUTLER, 2018, p. 41, 42).

Contudo, em se tratando da sigla, a letra T, que representa travestis e transexuais é a mais vulnerável, isto é, a categoria que é mais atingida por execução e extermínio com requintes de crueldade, desfiguração, crimes hediondos motivados por incitação ao ódio e tentativa de apagamento da dignidade da pessoa humana, o que pode se nomear como “transfeminicídio”, ou seja:

Berenice Bento (2014) descreve a situação do Brasil como transfeminicídio, ou seja, como uma política de eliminação intencional, disseminada e sistemática dessa população e que apresenta características distintivas, como as mortes ritualizadas, que ocorrem no espaço público, em situação de impunidade por parte do Estado, constituindo uma espetacularização exemplar que se constitui como preventiva (OLIVEIRA, 2016, p. 116, 117).

Dessa forma, é sabido que não possuímos em nosso país nenhuma fonte ou base de dados oficiais que quantifique o número e/ou realize a estatística da população trans brasileira, reiterando que o IBGE, órgão público responsável pelos levantamentos e gerenciamento de informações e recenseamento demográfico, não considera em seu banco de dados essa categoria específica.

Portanto, coletamos e selecionamos os números alarmantes da mortalidade das travestis e transexuais através dos movimentos sociais organizados e da luta e resistência incansável de pessoas LGBT, pois, embora conseguimos aprovar recentemente uma legislação que garanta a tipificação e classificação da violência e dos assassinatos à essas pessoas, motivados pelo crime de ódio, a LGBTfobia ainda não possui um banco de dados ou estatística oficial que contenha informações atualizadas e reais do número notificado de transfeminicídios. Assim, como revela o *Dossiê: A Carne mais Barata do Mercado* (2018), organizado pelo Observatório Trans de Uberlândia, MG:

O que assinala este tipo de violência que assola a população trans é o uso da desigualdade criada a partir das diferenças de gênero, para atribuir sofrimento ao outro. As mortes de pessoas trans no Brasil, geralmente, são cometidas tendo como principal motivo o ódio ou o círculo vicioso de exclusão a que estão submetidas. Os assassinatos normalmente se distinguem pelo número elevado de golpes desferidos ou pela crueldade do método empregado (NOGUEIRA e CABRAL, 2018, p.04).

Infelizmente, concluímos que essa incipiente legislação penal atrelada a lacuna de medidas protetivas de segurança e a gritante impunidade a que ficam submetidos esses crimes favorecem aos números assustadores desse tipo de violência:

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, em números absolutos [...] E mais, os números não refletem a realidade de violência e exclusão imposta a este segmento, pois a subnotificação é outra face dessa realidade. No Brasil, a transfobia não é considerada crime, não há especificação dos crimes motivados por preconceito de gênero pelos órgãos de Segurança Pública (NOGUEIRA e CABRAL, 2018, p.66).

Em comparação com os Estados Unidos, por exemplo, as trans brasileiras correm um risco 12 vezes maior de sofrer morte violenta do que as estadunidenses. Esse é apenas um dos levantamentos que aponta o Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo (POLITIZE, 2019).

Contudo, a preocupação investigativa se coloca no intuito de contextualizar a correlação de forças e resistência suficientes para assumir uma identidade travesti no seio

dessa sociedade que apresenta tal estatística perversa de extermínio e aniquilamento dessa população, que só por existir, já traz em seu corpo as marcas de enfrentamento político e ideológico para, minimamente, poder sobreviver.

Se nós não podemos encontrar nossas maneiras próprias dentro das normas disponíveis de gênero ou sexualidade, ou só podemos fazê-lo com grande dificuldade, nós estamos expostas ao que significa estar nos limites da reconhecibilidade. Existir em tal limite implica que a própria viabilidade da vida de alguém é colocada em questão, o que poderíamos denominar como as condições ontológicas sociais da persistência de alguém (BUTLER, 2016, p. 36).

Portanto, diante de todo esse cenário explícito de uma população extremamente marginalizada, excluída, eliminada e invisibilizada pela sociedade é que se confirma a potencial motivação por apresentar, revelar e demonstrar a realidade das travestis de Juazeiro do Norte, interior do Ceará, reescrita e contada por elas próprias enquanto protagonistas de sua própria história: “Sacudir Clio de seu sono. Ela despertará assustada, verá suas vestes gregas cobertas de purpurina e escutará o sussurro: “Acorda Mona. A história agora é outra...” (BENTO, 2018 *apud* SOUSA NETO; GOMES, 2018, p.17).

5 DESMISTIFICANDO A TERRA SANTA: TERRITÓRIO, CORPOS E IDENTIDADES

Partindo da reflexão acerca da travestilidade, há de se situar o espaço aonde essa performatividade de gênero acontece. Assim, diante do percurso metodológico, dos múltiplos atravessamentos que compõe essa dissertação, optou-se por demarcar o âmbito do território enquanto recorte interseccional, sabendo que: “a travestilidade é, em si mesma, uma categoria interseccional do ponto de vista que só pode ser compreendida quando se articulam bases discursivas, políticas, geográficas/históricas, corporais, geracionais e sociais/econômicas” (FERREIRA, 2018, p. 99). Compreendendo território, segundo Piscitelli (2008, p. 265), enquanto uma das múltiplas “categorias de diferencialização que se articulam no social”.

Não é objetivo deste texto delimitar a realidade estudada restringindo-a a um único marcador social, mas compreender quais são as implicações sociais deste marcador sobre o corpo e a vida das pessoas – travestis – a quem se destina essa pesquisa.

Segundo Souza (2000), a definição de território surge a partir da geografia política como um espaço sobre o qual determinado grupo social ocupa e se apropria, sendo um processo que resulta na construção de raízes e na criação de identidades. Para o autor, somente o tempo possibilita a produção de uma identidade socioespacial, identidade com o território e o poder que o controla, caracterizando-se como um espaço político por excelência.

AFIRMAR QUE UM GRUPO de pessoas continua existindo, ocupando espaço e vivendo obstinadamente já é uma ação expressiva, um evento politicamente significativo, e isso pode acontecer sem palavras no curso de uma reunião imprevisível e transitória [...] O comparecimento, a permanência, a respiração, o movimento, a quietude, o discurso e o silêncio são todos aspectos de uma assembleia repentina, uma forma imprevista de performatividade política que coloca a vida possível de ser vivida no primeiro plano da política (BUTLER, 2018, p. 17).

Assim, enquanto espaço ocupado, o território é construído pelas pessoas que o ocupam, ao tempo em que estas têm suas identidades delineadas a partir da experiência e do contato com os resultados dessa produção.

“O povo” não é uma população definida, é constituído pelas linhas de demarcação que estabelecemos implícita ou explicitamente [...] cada determinação de “o povo” envolve um ato de demarcação que traça uma linha, geralmente com base na nacionalidade ou contra o contexto de Estado-Nação, e essa linha se torna imediatamente uma fronteira contenciosa [...] O movimento discursivo para estabelecer “o povo” de um modo ou de outro é

uma oferta para ter determinada fronteira reconhecida, quer a entendamos como a fronteira de uma nação ou como o limite da classe de pessoas a serem consideradas “reconhecíveis” como povo (BUTLER, 2018, p. 08, 09).

A ideia de apropriação pela territorialidade carrega consigo marcas de relações de poder que se estabelecem. Para Raffestin (1993), essa ideia promove limites físicos e simbólicos e, havendo estes, resultam em desigualdade, isolamento e separação que extrapolam barreiras geográficas.

Quando dizemos que a desigualdade é “efetivamente” reproduzida quando “o povo” é apenas parcialmente reconhecível, ou até mesmo “completamente” reconhecível dentro de termos nacionais restritivos, então estamos afirmando que a pressuposição de “o povo” faz mais do que simplesmente nomear quem é o povo. O ato de delimitação opera de acordo com uma forma performativa de poder (BUTLER, 2018, p. 10).

Significa, portanto, que para ser reconhecido enquanto pessoa humana, pertencente aquele espaço/local é necessário um conflito constante com os mecanismos de negociação entre a identidade e as normas sociais, objetivando formas de pertencimento. Pertencer ou não a uma determinada localidade pressupõe uma resistência à correlação de poder existente entre as práticas de regulação e coerção social.

[...] quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2018, p. 13, 14).

Desta forma, não se pretende aqui definir o território apenas por suas características espaciais ou geográficas. Pelo contrário, é necessário olhar para a relação dos grupos sociais na interação com o espaço e os campos de força que determinam quem irá ou não pertencer aquele local. O território, portanto, consiste em:

[...] um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros de uma coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (...) Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (...). (SOUZA, 2000, p. 86, 87).

Diante do exposto, procura-se apresentar as características da cidade-território aonde transitam as interlocutoras dessa pesquisa – o Cariri cearense, e mais especificamente, o município de Juazeiro do Norte:

O conjunto urbano da Região Metropolitana do Cariri (RMC) está situado a uma distância média de 600 km das duas metrópoles regionais nordestinas mais próximas, Fortaleza e Recife. As três cidades principais (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha) mantêm vínculos estreitos tanto em termos de proximidade territorial quanto relacional, sobretudo pela relação de complementaridade socioeconômica no Cariri cearense. A Região Metropolitana do Cariri foi criada tanto para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre a capital e o interior, como para minimizar o desenvolvimento desigual do triângulo CRAJUBAR em relação aos municípios vizinhos e foi idealizada pelo governo estadual visando a criação de um novo polo de desenvolvimento socioeconômico que pudesse dividir com a Região Metropolitana de Fortaleza a atração de investimentos e ampliar a qualidade de vida de sua população. O Cariri se constituiu como região metropolitana em virtude de ser a segunda região urbana mais expressiva do estado, dada com a conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, denominada de CRAJUBAR. Essa região metropolitana é, atualmente, composta por nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. (SECRETARIA DAS CIDADES, 2020).



Figura 4. Triângulo CRAJUBAR, ponto de intersecção entre as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Foto: Anderson Duarte/ Cariri Revista.

Apesar da região metropolitana do Cariri cearense ser composta por nove municípios, as cidades de Crato e Juazeiro do Norte e Barbalha se destacam por suas riquezas

naturais, culturais e religiosas, sendo municípios em pleno desenvolvimento e reconhecimento significativo.

A Região do Cariri, sobretudo as cidades de Juazeiro do Norte e Crato, possuem não apenas características naturais “peculiares” ao sertão, mas também uma diversidade história e cultural que faz da região uma das mais expressivas do Nordeste. Juazeiro do Norte, antes vilarejo da cidade do Crato, foi emancipada em 1911 sob influência do Padre Cícero Romão Batista, que foi o seu primeiro prefeito. Juazeiro do Norte, sob a influência de Padre Cícero, se tornou uma das principais cidades do sertão nordestino, atraindo ao longo dos anos grande contingente de devotos. A religiosidade proeminente de Juazeiro se estende por todo o Cariri, conferindo à região a referência de “terra santa” (SILVA, 2015, p. 5, 6).



Figura 5. Estátua de Padre Cícero, no Horto, em Juazeiro do Norte — Foto: A/D - Arquivo OpenBrasil.org Paisagens do Nordeste

Soares (2017) situa o Cariri cearense como uma região erguida sobre aspectos morais, culturais, religiosos e sociais, onde a vigilância sobre os corpos femininos é decorrente dos valores tradicionais do patriarcado. Para a autora, a apropriação dos corpos femininos (ou feminilizados) é resultado dos padrões conservadores próprios do patriarcado, e dentre estes estaria a separação entre o público e o privado, a valorização da família e a centralidade na religião:

Juazeiro do Norte é uma cidade de aproximadamente 250.000 mil habitantes, localizada no Vale do Cariri, extremo Sul do Ceará, a 550 km de Fortaleza. É nacionalmente conhecida por causa das romarias a Nossa Senhora das Dores e ao Padre Cícero Romão Batista, polêmico personagem histórico,

considerado santo por uma grande parcela da população do Nordeste, principalmente por causa do chamado “fenômeno da hóstia”. Em 1889, no momento em que o padre oficiava a comunhão de uma jovem devota conhecida por Beata Maria de Araújo, ela não pode degluti-la, pois a mesma transformou-se em sangue. Antes do ocorrido, declarou o Padre Cícero no primeiro inquérito instituído pela Igreja Católica para apurar os fenômenos, que Maria já havia, em outras ocasiões, apresentado os estigmas da crucificação de Cristo (GRANJEIRO, 2009, p.45).

Portanto, é neste contexto religioso, patriarcal, machista que desigualdades sociais, raciais, identitárias, de gênero e sexualidade se estabelecem, resultando em apontamentos para a produção de invisibilidade, sobretudo aquilo que foge daqueles arquétipos.

Nem todos podem aparecer em uma forma corpórea, muitos daqueles que não podem aparecer, que estão impedidos de aparecer [...] também são parte do “povo”, definidos precisamente por serem impedidos de fazer uma aparição corpórea específica em um espaço público, o que nos leva a reconsiderar as formas restritivas por meio das quais a “esfera pública” vem sendo acriticamente proposta por aqueles que assumem o acesso pleno e os plenos direitos de aparecimento em uma plataforma designada. (BUTLER, 2018, p. 11).

Tem-se Juazeiro do Norte como a terra dos contrastes: o ambiente social se divide na dualidade entre o sagrado e o profano, pela considerável parcela da população flutuante (chega ao dobro da população/ano, segundo o IBGE) que vem a este município motivada pela fé e a visitação de igrejas, missas e pontos turísticos religiosos durante o dia; e a noite, muitas dessas pessoas buscam lazer, diversão e entretenimento, como afirmam relatos do documentário *Também sou Teu Povo* (2006), “ – Mas os romeiros, que durante o dia cumprem com as obrigações de fé ao Padre Cícero, a noite se entregam ao lado profano da festa. Uma mudança de comportamento que acompanha o giro dos carrosséis”. Nessa busca incessante de distração e divertimento, os romeiros também procuram o prazer através dos serviços sexuais da prostituição das travestis:

– Duas coisas que são adoradas no Juazeiro na romaria: O Padre Cícero e as travestis! O que chama mais atenção é o Padre Cícero, primeiramente, e a Mãe das Dores; segundo as travestis, porque os romeiros ficam assim, tudo olhando [...] – Quem vem para pagar alguma coisa ou quem vem pela religião, vem! Agora, que vem para desfrutar de algo aqui, por que sabe que aqui tem o conteúdo, também vem! Aproveitam e desfrutam... (TAMBÉM... 2006).



Figura 6. Romaria das Candeias. Basílica de Nossa Senhora das Dores em Juazeiro do Norte – CE. Foto: Antônio Rodrigues/ *Diário do Nordeste*.

Observa-se que as travestis não ocupam os locais e instituições públicas, privadas, comerciais, de trabalho formal e informal, de lazer ou qualquer outro setor que faz parte do espaço social de vida da população de Juazeiro do Norte. Seria o que Perlongher (1987) define como Territórios Marginais, aonde a territorialidade não se define apenas como uma ocupação física de espaços, mas como um espaço de códigos de sociabilidade que determinam lugares e constituem sujeitos:

À ideia de identidade, que define os sujeitos pela representação que eles próprios fazem da prática sexual que realizam, ou por certo recorte privilegiado que o observador faz dessa prática, justapomos a ideia de territorialidade [...] não interessará tanto a identidade, construída representativamente por e para o sujeito individual, mas os lugares (as interseções) dos códigos que se atualizam em cada contato (PERLONGHER, 1987, p. 152, 153).

A partir dessas considerações, levantam-se os questionamentos acerca do perfil dessa população: Onde estão as travestis? Aonde residem? Em que trabalham? Aonde estudam? Que políticas públicas tem acesso e de que forma? Que restaurantes ou clubes de lazer frequentam? Porque parecem invisíveis a luz do sol e só aparecem à noite nas esquinas, becos, praças, ruas escuras e bares popularmente conhecidos por pontos de prostituição?

– Agora, essas romarias de agosto já vêm muito mais (pessoas) de fora. Então, isso vira atração, pois essa praça aqui é como se fosse um centro de apoio à classe. E todo mundo se encontra aqui: se encontra ‘bixa’ de Sergipe, travesti de Alagoas, travesti de Caruaru, aí junta com as travestis daqui e com as travestis que vivem fora do país [...] Por isso que tem essa atração! É uma coisa diferente! (TAMBÉM... 2006).

As romarias religiosas, além de atraírem um grande público devoto de várias regiões do país e até fora deste, que vêm a Juazeiro do Norte motivados pela fé e religiosidade, também conseguem reunir e trazer para este município as travestis provenientes de outras localidades, como também aquelas que são naturais de Juazeiro, mas que residem noutros estados e até em outros países. Esse período de peregrinação também funciona como oportunidade para agregar e encontrar a categoria da travestilidade nessa conjuntura.

[...] “o povo” não é produzido apenas por suas reivindicações vocalizadas, mas também pelas condições de possibilidade da sua aparição, portanto dentro do campo visual, e por suas ações, portanto como parte da performatividade corpórea. Essas condições de aparição incluem as condições de infraestrutura para a encenação, bem como os meios tecnológicos para capturar e transmitir uma reunião, um encontro, nos campos visual e acústico. O som do que falam ou o sinal gráfico do que é falado são tão importantes para a atividade de autoconstituição na esfera pública (e de constituição da esfera pública como uma condição de aparecimento) quanto quaisquer outros meios (BUTLER, 2018, p. 17, 18).

Não se pode pensar neste contexto de ausência das travestis no cotidiano e na dinâmica da cidade como mera causalidade ou característica própria desse povo, mas como resultado de exclusão social (foraclusão), relegando a este um território marginal e de consumo sexual, apontando para um não reconhecimento dessas pessoas enquanto portadoras de uma cidadania emancipatória.

A questão do reconhecimento é importante porque se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis. Mas e se o campo altamente regulado da aparência não admite todo mundo, demarcando zonas onde se espera que muitos não apareçam ou sejam legalmente proibidos de fazê-lo? [...] Quais humanos contam como humanos? Quais humanos são dignos de reconhecimento na esfera do aparecimento, e quais não são? (BUTLER, 2018, p. 28, 29).

As normas de gênero estão profundamente relacionadas a como e de que maneiras nós podemos aparecer no espaço público; a como e de que maneiras o público e o privado são diferenciados e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual [...] Quem será estigmatizada e

desempoderada, ao mesmo tempo em que se torna objeto de fascinação e de prazer de consumo? (BUTLER, 2016, p. 34).

Assim, a rua enquanto lugar de prostituição consiste, muitas vezes, em espaço de socialização para as travestis. Pelúcio (2004) afirma que é comum que a transformação vivenciada pelas travestis se inicie a partir da ruptura com o mundo privado, com o espaço da casa, acompanhado do necessário espaço da rua – local em que estas encontram formas de sobrevivência e de potencialização dos seus processos de transformação.

Na rua se tornam as “rainhas da noite”, “poderosas”, “que conhecem muito bem os homens”, que atraem mais que as prostitutas” [...] nas esquinas, nas madrugadas, elas passeiam seus corpos construídos. Presas a estes espaços liminares não conseguem se inserir de fato na sociedade heterossexual, cristã e patriarcal (PELÚCIO, 2004, p.143-150).

Aparecer nos espaços de sociabilidade, no âmbito da rua precede a forma e a estética desse aparecimento, de como o gênero se apresenta, se mostra e se coloca enquanto lugar de reconhecimento e de pertencimento ou de exclusão e abandono. Ao mesmo tempo em que sabemos que as normas de gênero são formadas por expressões do poder hegemônico, as quais definem quem pode ser reconhecido ou quem será ‘rebaixado pela norma’. Esse modo de apresentação é denominado de ‘performatividade de gênero’:

A performatividade de gênero presume um campo de aparecimento no qual o gênero aparece, e um esquema de condição de reconhecimento dentro do qual o gênero se mostra das maneiras que se mostrar; e uma vez que o campo de aparecimento é regulado por normas de reconhecimento que são hierárquicas e excludentes, a performatividade de gênero está assim ligada às formas diferenciais por meio das quais sujeitos se tornam passíveis de reconhecimento (BUTLER, 2018, p. 30).

A existência ou o aparecimento das travestis no espaço público, na rua, demonstra uma performatividade resistente, ocupando uma posição antagônica a norma. As normas “informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las” (BUTLER, 2018, p. 25). A travestilidade, seus corpos e suas estéticas, seus modos de apresentação pública, mesmo que em locais e horários restritos e predeterminados, já protagonizam um rompimento ao padrão normativo.

Verifica-se que não pode haver reprodução de normas genericadas sem a representação corporal dessas normas, e quando esse campo de normas se

rompe, mesmo que provisoriamente, vemos que os objetivos estimuladores de um discurso regulatório, como ele é representado corporalmente, têm consequências nem sempre previstas, abrindo caminhos para formas de viver o gênero que desafiam as normas de reconhecimento predominantes (BUTLER, 2018, p. 26).

A performatividade constrói espaços de negociação com o que é normatizado, e de não ser inteiramente consumida pelo poder da norma. É a capacidade de um ato constranger e transformar a realidade. É transgredir a norma a partir da norma. É não aceitar nem se submeter ao que está posto enquanto verdade e atravessar as zonas de poder hegemônicas.

[...] “Identidades de gênero” mesmo não se conformando às normas de inteligibilidade, não deixam de existir e proliferar. São elas que criam oportunidades críticas de expor os limites e objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero (PELÚCIO, 2004, p. 140).

É nesse contexto de pessoas que transgridem e atravessam as regras, os padrões e a correlação de forças da vida em sociedade que percebemos que essa resistência vem atrelada a uma escassez de direitos de toda ordem: humanos, econômicos, sociais. É o que Butler (2018, p. 27) denomina de precariedade da vida, ou seja, “designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte”. Ou seja, a precariedade é distribuída de forma desigual.

A condição precária não é simplesmente uma verdade existencial – cada um de nós pode se ver sujeito a privação, dano, doença, debilitação ou morte em decorrência de eventos ou processos fora do nosso controle. Todos nós desconhecemos e estamos expostos ao que pode acontecer, e a nossa falta de conhecimento é um sinal de que não controlamos, de que não podemos controlar todas as condições que constituem a nossa vida (BUTLER, 2018, p. 18).

Assim, sendo as travestis transgressoras da normatividade de gênero e identidade, estão portanto, na contramão das regras e normas consideradas legítimas. “Desse modo, a precariedade está, talvez de maneira óbvia, diretamente ligada às normas de gênero, uma vez que sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência” (BUTLER, 2018, p. 28).

Ninguém deveria ser criminalizado pela sua apresentação de gênero, e ninguém deveria ser ameaçado com uma vida precária em virtude do caráter performativo da sua apresentação de gênero. Ainda assim, a reivindicação de que as pessoas precisam ser protegidas contra o assédio e a intimidação, contra a criminalização quando aparecem como qualquer gênero que sejam, não determina de nenhuma maneira se ou como aparecer [...] E se minorias sexuais e de gênero são criminalizadas ou patologizadas pelo modo como aparecem, pela forma como reivindicam o espaço público, pela linguagem por meio da qual entendem a si mesmas, pela forma como expressam amor ou desejo, aqueles com quem se aliam abertamente, de quem escolhem estar próximas, ou com quem se envolvem sexualmente, ou como exercitam a sua liberdade corporal, então esses atos de criminalização são violentos; e nesse sentido, são também injustos e criminosos (BUTLER, 2018, p. 40, 41).

Entretanto, pensar o território em que transitam as travestis que utilizam a prostituição como profissão, é pensar que as fronteiras impostas como lugar de acesso à elas se constituem enquanto um recorte interseccional de exclusão, preconceito, abjeção, precariedade e invisibilidade de pessoas que assumem e vivenciam a constante construção, desconstrução e reconstrução de seus corpos e suas identidades enquanto componentes primordiais para sua vida e sua existência. É sabido que outros marcadores sociais poderiam ser citados de maneira mais extensiva na composição deste texto, mas como explicitado, debruçar-se sobre a territorialidade e o trânsito das interlocutoras da pesquisa no espaço que residem, trabalham, vivem é a centralidade desse processo literário-acadêmico, compreendendo o diálogo entre este marcador e as demais categorias. Contudo, este trânsito não pôde ser pensado distante do marcador social do corpo, visto que sobre o território é ele que percorre, faz caminho, é tido como abjeto e é em cima dele que recaem estereótipos, preconceito, segregação e violência.

6 VIDAS VIVÍVEIS: ENTRELAÇAMENTO DE CORPOS, IDENTIDADES, PERCURSOS

As histórias contadas a seguir são fruto dos relatos de três travestis, as quais se dispuseram a narrar um pouco das suas trajetórias de vida, através das lembranças, da memória e das experiências que carregam acerca da construção das suas identidades de gênero dissidentes.

Suas falas estão cheias de recordações das suas fases da vida: primeiro, em companhia da família, mas logo que suas estéticas e performatividades de gênero começaram a aparecer e se expressaram publicamente, contrariando normas e regras socialmente aceitas em relação às sexualidades, as mesmas são desalojadas do seu ambiente familiar. É aí que as travestis se lançam no mundo em busca de aceitação e vivência de outras experiências. Um verdadeiro processo de encarnar a travestilidade em outros territórios, aonde encontram refúgio numa rede de apoio e afetos construída a partir de seus pares, ou seja, pessoas que apresentam sexualidades e identidades de gênero semelhantes as suas.

Essas narrativas compõem as características da travestilidade e todo o processo que se apresenta, desde começar a utilizar as vestimentas e formas de expressão em desacordo com as normatividades de gênero vigentes e hegemônicas, até a reconstrução dos corpos através de intervenções hormonais que modelam e dão formas arredondadas a esses mesmos corpos, e que na maioria das vezes, acontecem de forma clandestina e insalubre, por pessoas do próprio meio.

Ainda, expõem um itinerário permeado de migrações para outros estados, inclusive, para outros países, sempre com ideário de busca de uma vida melhor em todos os aspectos, mais principalmente em melhoria da situação financeira que pudesse custear suas intervenções corporais e lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida, também subsidiando sua sobrevivência.

Por essas andanças, a violência e a precariedade da vida atravessaram todo esse contexto, relatadas de forma explícita e detalhada e apresentando muitos conflitos e agressões, além de toda crueldade, perversidade e o caráter desumano dessas situações na forma mais realista possível com que os fatos ocorreram. São relatos de vários tipos de violência física, verbal, psicológica, cometidas desde o ambiente familiar, a escola, a rua e o espaço da prostituição, com as características próprias desse cenário e os elementos que a compõem, envolvendo as próprias companheiras travestis e os clientes.

Finalmente, as histórias contadas tiveram seus relatos finalizados através da perspectiva do que está por vir, ou seja, dos sonhos e desejos como expectativas ou projetos de futuro, enquanto realização e satisfação pessoal das travestis.

Para essas narrativas, priorizou-se usar nomes fictícios escolhidos pelas próprias entrevistadas, como forma de garantir o sigilo das informações comunicadas por elas, sem prejuízo de personificação ou identificação com o nome social das mesmas. Seguem os relatos:

6.1 Partidas e chegadas: as vivências de Iris

Iris, 51 anos de idade, residente no bairro Triângulo, local periférico do município de Juazeiro do norte – CE. A mesma mora em casa alugada, apresentando três cômodos, sendo sala, quarto e cozinha, com pouco mobiliário e ambiente doméstico precarizado. O que chama a atenção é uma fotografia sua pendurada na sala, mais ou menos do período do início de sua transição, ainda na juventude. Iris informa que a casa é de propriedade da dona do Bar em que ela trabalha no período da noite, situado em frente à Praça do Giradouro, região popularmente conhecida pela prostituição noturna de travestis. Iris é empregada do Bar, o qual funciona como ponto de encontro de clientes e de travestis que se utilizam da prostituição enquanto profissão.

A partir de suas lembranças da infância, Iris fala a respeito da sua relação familiar, das brincadeiras e do período escolar, ou seja, a partir dos elementos que compõem aquela fase da vida. Relata que vem de uma família constituída por pai, mãe e sete filhos, mas seu genitor possuía outra família além daquela. Do seu núcleo familiar, a composição dos filhos eram quatro homens e três mulheres. Ao ser indagada sobre essa relação parental, fala pouco dessa época e informa que “a relação era boa... só tinha briguinha de irmão, mesmo!”.

Em se tratando da sociabilidade da infância e dos momentos lúdicos próprios daquela fase, Iris coloca que foi uma criança com uma vida muito difícil, árdua e sofrida, pois os brinquedos e as brincadeiras daquele período foram substituídos pelo trabalho infantil:

A minha infância trabalhei muito com meus pais. Começamos a trabalhar cedo, né? Pai tinha uma borracharia e comecei a trabalhar... e foi uma infância muito puxada pra mim, não sabe? Trabalhei muito carregando pneu num carrinho de mão e eu já ajudava. Meu pai tinha duas famílias, né?

A partir desse período, Iris informa que desde muito pequena já sabia da sua sexualidade dissidente, pois já borrava as normas que compõem a construção de gênero em conformidade com o corpo, porque, havia nascido uma criança designada como sendo do sexo masculino, porém gostava de usar vestimentas do sexo feminino: “desde menorzinho eu já calçava os sapatos da minha mãe, vestia os vestidos quando ela saía..., eu me trocava, quando ela ia pra feira.” Entretanto, a mesma afirma que os pais não desconfiavam nem sabiam dessa situação, pois ela não deixava que isso acontecesse e realizava seus ímpetos e desejos de forma escondida:

Teve só uma vez que meu pai me levou num lugar que chamava bodega, “nera”, na época? Era a venda! Aí, tinha uns negócios pendurados de presente, aí tinha boneca, tinha bola, aí ele disse: “- Escolha aí um presente?” Aí eu falei: “- Eu quero aquela boneca!” Aí, por causa disso, eu quase que apanho! (risos). Eu era pequeno. Ele quis me bater. Eles já viam o jeito afeminado que eu tinha.

Em relação ao período escolar, Iris comenta que estudou basicamente em duas escolas. Fez o primeiro grau (atualmente equivalente ao ensino fundamental) numa escola do município e o segundo grau (hoje correspondente ao ensino médio) numa escola do estado, e já aí sofria com as consequências de apresentar uma performatividade de gênero diferente da normatizada e padronizada socialmente. Ela relata que era alvo de xingamentos através de termos pejorativos utilizados pelos alunos, os quais a chamavam de ‘amulherzado’, ‘viado’, afeminado. Questionada acerca dos sentimentos que permeavam essa situação, Iris fala com indiferença sobre aqueles episódios. Informa que não sentia nada. Não chorava, não sentia tristeza, nem depressão. Apenas, achava que aquela situação ia passar, demonstrando não reconhecer aquele fato enquanto uma situação de violência.

Já na fase da adolescência, a interlocutora começa a descrever a sua rede de afetos e interação social a partir da aproximação com seus pares, ou seja, também com pessoas que se identificavam enquanto sexualidades divergentes e abjetas. Informa que aos doze anos de idade conheceu um amigo do município de Barbalha (cidade pertencente à região do Cariri, há aproximadamente nove km de distância de Juazeiro), o qual a inseriu no território que se apresentava enquanto ponto de encontro daquelas pessoas transgressoras, lugar aonde tinha um calçadão na época, e foi quando Iris relata que percebeu e “se descobriu enquanto homossexual”. Nesse período, Iris relata que havia deixado o cabelo crescer e que esse foi o estopim dos seus conflitos familiares (embora a mesma não reconheça essa relação familiar como desarmônica), ou seja, foi motivo suficiente para que seu genitor a expulsasse de casa,

após um desentendimento entre eles, pois seu pai queria cortar seu cabelo se utilizando da força física:

Quando eu saí de casa, né? Quando eu briguei com meu pai porque ele queria cortar meu cabelo, grandinho já! Aí, ele queria cortar meu cabelo e eu não deixei. Aí foi aquela briga, aquele “fuá”! Mãe chorava! Aí, eu saí de casa. Tinha uns treze pra catorze anos. Cada um tem o seu tempo!

Após sair de casa, Iris relata que foi acolhida e abrigada através de outro amigo, o qual era uma pessoa de índole boa, que lhe ajudou bastante nesse momento em que tanto necessitava. O mesmo trabalhava numa casa de prostituição no centro de Juazeiro, a qual, na época se denominava ‘Boate’. A expulsão da casa dos familiares, ainda na adolescência, e a inserção no mundo da prostituição revelam como é tecida a teia da precariedade junto às identidades de gênero dissidentes, inclusive a identidade travesti.

Como a mesma tinha sido botada pra fora de casa, estando desabrigada, rompida com seus laços consanguíneos e sem condições financeiras de sobrevivência, Iris conta que seu amigo a levou pra residir e trabalhar naquele prostíbulo como garçom, no período noturno. Enquanto casa prostituição (local clandestino que favorece a prostituição enquanto profissão), Iris reconhece que aquele ambiente não era lugar para a permanência nem convivência social de menores de idade, (pelos aspectos legais e jurídicos que protegem e envolvem as crianças e adolescentes), mas: “quando chegava a polícia, eu me escondia!”

Nesse mesmo tempo, Iris revela como foi seu período de transição, de construção do corpo e das estéticas de gênero para a identidade travesti. Ela conta que tomou muito pouco hormônio, do tipo Perlutan (contraceptivo injetável a base de hormônios femininos, indicado para prevenir gravidez). Posteriormente, informa que sua única intervenção no corpo foi a aplicação de silicone líquido industrial nos seios, por vaidade, pois: “eu gosto do meu corpo do jeito que ele é!” Iris diz que não tem desejo nem pretende aumentar as nádegas nem os quadris, nem colocar prótese mamária, pois nunca almejou ter um corpo torneado, com contornos femininos, já que afirma que não depende da prostituição como condição financeira para sua sobrevivência. Ou seja, como Iris não faz programa, embora esteja inserida no âmbito da prostituição, ela não se reconhece neste lugar, portanto, acredita não necessitar de maiores intervenções corporais com essa finalidade.

Acerca das nuances que compõem esse período de transição, as dificuldades, os medos que permeiam a subjetividade desses corpos em trânsito, Iris fala que, na sua época, a receptividade e aceitação de identidades transgressoras eram quase inexistentes. Só o fato de

suas estéticas e vestimentas terem aproximação com características femininas já lhes rendia discriminação e exclusão e que sua maior dificuldade foi ter saído de casa, por causa da sua relação afetiva com a mãe. Afirma que não sentiu medo quando deixou o convívio familiar, pois na verdade, essa condição encorajou seu desejo de ir mais longe, de procurar outros espaços, viver outras experiências, outras formas de sobrevivência.

Assim, Iris comenta que já na Boate que trabalhava teve a oportunidade de conhecer várias personalidades da vida noturna de Juazeiro, o que a aproximou de um antigo cabeleireiro da cidade, que ministrava aulas e cursos profissionalizantes. Desta forma, a mesma fez o curso de cabeleireiro e começou a trabalhar no salão daquele profissional, que ficava situado nas imediações do centro da cidade. Ali, conta que conseguiu conquistar uma clientela considerável, o que lhe rendeu condições financeiras suficientes para adquirir um espaço de moradia, ou seja, alugar e mobiliar um apartamento e ainda, ajudar financeiramente a sua mãe: “Comprei meus móveis todinhos. Essa foi uma época boa pra mim, né?”

E nesse período, Iris informa que começou um relacionamento afetivo com um “traste de um ‘bofe’ (homem), um amor que não deu certo”. Fala que teve uma decepção amorosa que a deixou muito triste, o que a motivou a migrar para outras localidades como Brasília – DF, São Paulo – SP e Rio de Janeiro – RJ, com o objetivo de melhorar de vida.

Em Brasília, Iris morou por sete anos e de início se hospedou na casa de uma amiga travesti, e lá conseguiu emprego num salão de cabeleireiro, num shopping da capital federal. Essa atividade lhe favoreceu o contato com várias clientes que também eram travestis e que trabalhavam na noite, na prostituição, ampliando seus códigos de sociabilidade com seus pares: “eu vim conhecer a linha da prostituição em Brasília, né? Que aí eu conheci as minhas amigas que faziam o cabelo no meu salão”:

“- Vai dar uma voltinha à noite, no sábado a noite, né, que é bom sábado a noite!” Aí, eu ia. Mas não é pra..., né? Ia mesmo só pra dar uma volta, né? A gente nova, né?

Fala que, nesse período, conheceu “um marido muito bom”, com o qual manteve um relacionamento afetivo durante cinco anos, residindo com ele: “ele me tratava como mulher, nossa! Como uma mulher! Vixe Maria, ele largou foi à esposa dele pra morar comigo!”. Porém, o relacionamento terminou, pois o companheiro resolveu se mudar para Vitória, capital do Espírito Santo, e Iris não quis acompanhá-lo.

Ainda em Brasília, Iris conheceu outro rapaz, segundo ela, muito bonito. Nesse período, ela trabalhava num salão de cabeleireiro em Taguatinga, cidade satélite do Distrito

Federal. Íris conta, que além da beleza física, este rapaz gastava dinheiro excessivamente nos programas noturnos, e ela começou a gastar suas economias também: “As ‘bixas’ falavam assim: “- Tu cuidado com ele que ele vai te levar a falência!” E ele realmente me levou a falência”. O relacionamento com este rapaz durou pouco, o suficiente para Iris retornar de mudança para Juazeiro do Norte, pois a mesma se encontrava sobrecarregada em dívidas: “Voltei devendo a Deus e o mundo! Gastava muito, né? Eu queria gastar pra mostrar. Tem esse detalhe!”

No retorno pra Juazeiro, Iris relata acerca da modificação nas relações sociais e familiares, agora, com acolhida e aceitação da mesma e suas transformações corporal e identitária. Comenta que foi morar com sua mãe, e foi muito bem recebida por seus familiares, pois veio residir numa casa própria no Horto (bairro periférico conhecido pelo turismo religioso), a qual a mesma financiou a construção. Trouxe sua mudança através de transportadora e mobiliou a casa toda:

Trouxe os móveis tudinho. Muita coisa boa! A casa ficou muito bonita, belíssima! Aí, todo mundo ficou encantado. Me recebeu bem, né? Ave Maria! (risos) Voltei em cima da carne seca e ninguém sabia os detalhes, né? (risos).

Em Juazeiro, Iris voltou a trabalhar com aquele antigo amigo cabeleireiro, o qual lhe ensinou essa profissão. Diz que ficou empregada uns oito meses num salão no shopping, mas devido ao alto custo pra manter uma loja nesse espaço, o salão fechou e a mesma ficou desempregada. Foi quando resolveu, mais uma vez, mudar-se para ‘tentar a vida’ em outro lugar.

Nesse período, por intermédio de uma travesti agenciadora⁵ (cafetina) Iris foi residir em São Paulo e trabalhar na prostituição noturna. Ela não conta detalhes desse período, mas diz que passou pouco tempo se prostituindo e logo conheceu um namorado que a levou pra morar no centro da cidade, no bairro da Lapa. Em São Paulo, Iris lembra que morou uns dez anos, trabalhando como cabeleireira e residindo no próprio salão, pois diz que a cidade é muito promissora, com outra estrutura, diferente dos municípios do interior. Informa que foi uma época muito boa, em que ganhou dinheiro suficiente para seu custeio e também, possuía condições financeiras pra ajudar sua mãe.

⁵ Agenciadora é a pessoa que intermedia e negocia a inserção da travesti (nesse caso) na prostituição, mediante relação de dependência financeira. Portanto, agenciadora ou cafetina é quem explora a prostituição alheia em benefício próprio, sendo uma atividade exercida na ilegalidade.

Nesse processo migratório, Iris ainda se mudou pro Rio de Janeiro. Lá, já noutro relacionamento amoroso, ela residiu durante oito anos. Iris conta que moravam numa casa própria na periferia do Rio. Viviam em condições financeiras razoáveis e possuíam até um carro. Estavam reformando a casa, construindo uma laje. Já havia uma escada em construção e uma noite qualquer, seu companheiro, que estava bêbado, caiu da escada, o que ocasionou um traumatismo craniano, motivo pelo qual o levou a óbito, oito dias depois do acidente doméstico. Aí, a família dele veio tomar posse dos bens do casal.

A sorte é que o carro estava no meu nome, né? Aí, eu senti que ali não ia dar certo e que eles podiam até mandar me matar! É que eu morava numa favela!

Foi então que Iris resolveu vender o carro para custear sua mudança novamente pra Juazeiro do Norte – CE, local em que se encontra na atualidade.

Com relação ao tratamento e a aceitação de travestis em Juazeiro ou nas outras localidades em que Iris morou, a mesma informa que percebe muita diferença, pois naquelas capitais ela diz ser mais respeitada. Fala que as travestis têm mais espaço e mais privacidade e sofrem menos com preconceito e discriminação por sua identidade de gênero. Apesar de reconhecer que atualmente, Juazeiro está mais evoluído.

Em São Paulo você pode andar de qualquer jeito. Você vive de mãos dadas com o marido e se senta, vai pra uma mesa, você se abraça, entendeu? Tem os lugares, né? Mas a gente é bem recebido. Ninguém briga!

Iris comenta que o preconceito em Juazeiro melhorou muito do que era antigamente, pois as pessoas aqui a chamam por seu nome social e a mesma afirma não sofrer discriminação nem ser alvo de xingamentos por conta da sua identidade. Embora, atribua essa condição ao seu comportamento discreto, demonstrando uma necessidade de adequação às normas.

Lá no Bar eu sou uma Deusa! Os clientes me respeitam, Ave Maria, eu tenho uma boa relação. Nessa pandemia, eu trabalhei todinha de máscara, dentro do Bar!

Sobre religiosidade, Iris diz que participa ativamente das atividades da igreja católica, indo a missas, festividades, romarias e ritos que envolvem essa religião.

E como projeto de futuro, Iris afirma que apenas gostaria que fosse aprovado seu Benefício de Prestação Continuada – BPC (É um benefício assistencial de um salário mínimo por mês, pago pelo INSS a idosos a partir dos 65 anos ou deficientes de qualquer idade que comprovem baixa renda), para lhe garantir uma renda mínima e uma maior segurança econômica. Ela não revela outras perspectivas nem almeja mudanças para seu futuro, que não seja essa condição socioeconômica.

Sobre políticas públicas direcionadas a comunidade travesti, Iris avalia que as poucas mudanças e conquistas dos movimentos sociais dirigidas a esta população já são suficientes, não vislumbrando outras possibilidades.

6.2 Ketlyn e o desejo de ‘fazer’ o corpo

Ketlyn, 42 anos de idade, residente no bairro Pio XII, localizado no subúrbio da cidade de Juazeiro do norte – CE. A mesma mora em casa alugada, apresentando três cômodos mobiliados e cuidados relativos ao ambiente doméstico. Na casa, há algumas imagens de santo espalhadas em quadros nas paredes e estátuas de gesso, sendo peculiar a imagem de um anjo, de aproximadamente uns cinquenta centímetros, num canto da cozinha.

Ketlyn nasceu no município de Aurora, cidade interiorana que compõe a mesorregião do sul do Ceará. Ela é proveniente de uma família composta por pai, mãe e sete filhos, sendo três homens e quatro mulheres, os quais se mudaram pra Juazeiro quando Ketlyn ainda era criança. Ela lembra que teve uma infância cheia de atividades lúdicas, aonde podia brincar na rua. Diz que brincou muito de bola de gude, futebol, corridas pela via férrea, pois naquela época não havia a insegurança que existe hoje em dia. Fala que dormiam praticamente com “a porta aberta” e que realmente aproveitou sua infância, ao contrário das crianças de hoje, que não tem essa mesma liberdade de desfrutar da diversão na rua.

Brincava de bola, de brinquedo, de boneco... não gostava de nada de mulher quando eu era criança. Gostava de pião, essas coisas!

Ketlyn diz que aos dez anos de idade, começou a perceber que estava mudando seu gosto pelos brinquedos e brincadeiras consideradas de menino e que não se identificava mais como sendo pertencente ao sexo masculino, interessando-se pela estética e composições relativas ao gênero feminino:

Tudo que era referente a mulher, eu gostava! A beleza da mulher! Admirava uma mulher bonita e queria ser uma! Eu olhava no espelho e me identificava: “- um dia eu vou ser uma!”

No ambiente escolar, Ketlyn diz que sempre foi respeitada e que era uma liderança em sala de aula. Era escolhida pra representar a turma porque, além de gostar de estudar, era muito motivada e envolvida nas atividades da escola. Fala que cursou o primeiro grau (relativo ao ensino fundamental) numa escola municipal do bairro e depois, estudou até o segundo ano do segundo grau (relativo ao ensino médio) numa escola do estado. Diz que nessa série escolar foi reprovada por meio ponto, fato que a fez abandonar a escola e não concluir o segundo grau.

Embora Ketlyn diga que percebeu suas mudanças e transformações na sexualidade e gênero a partir dos dez anos, ela conta que iniciou a transição e modificação do corpo muito tarde, aos trinta anos de idade, ao contrário do que acontece com a maioria das travestis. Fala que até os vinte nove anos, ela era um gay satisfeito com sua sexualidade, e que adorava “se passar por homem”. Nessa época, ela tinha um namorado e que quando os dois saíam pra algum lugar, tinham um comportamento adequado ao padrão normativo, para não transparecer que eram homossexuais.

Eu exigia isso! Nós dois era pra se passar por homem na rua. Justamente pra evitar piada, essas coisas!

Mas, aos trinta anos Ketlyn diz que aconteceu a sua transformação corporal e modificação da sua identidade de gênero para travesti, e que era um sonho que estava escondido em seu interior e conseguiu externalizar. Mesmo preocupada com as opiniões alheias, ela diz que preferiu escolher o seu desejo, fazer a sua vontade, o que hoje a deixa muito feliz, pois se identifica com sua sexualidade e gênero. Embora, reconheça que passou por inúmeras dificuldades durante esse processo, pois, a aceitação das pessoas era uma preocupação, mesmo desejando a transição. E a rejeição de pessoas que mantinham laços afetivos foi uma realidade:

Dizem que não me rejeitaram, mas muda! Muda completamente! É como se fosse aquela coisa: “- eu ando com um gay, mas não ando com uma travesti!” Nós, travestis, temos isso. Essa coisa dentro de nós. É tipo como se fosse uma impugnação, de não aceitação. Dizem que não, mas existe isso aí.

Em relação ao sentimento, a satisfação com a performatividade de gênero, Ketlyn diz que a definição é liberdade! Pois, antigamente, precisava usar roupas de homem e que se escondia atrás de um personagem que não desejava ser. Não era o que queria pra si e que hoje em dia, como se veste, como se sente é como quer e sempre quis se sentir: “Bem! Satisfeita demais!”, apesar do preconceito e da discriminação das pessoas, que ela afirma não dar muita importância pra isso. O que a motiva é se ela está sendo correta consigo, e dessa forma, as coisas ficam bem.

No que se refere às intervenções no corpo, Ketlyn diz que iniciou sua transição tomando hormônio injetável feminino e a combinação de vitaminas estimulantes do apetite para ganho calórico, com a intenção de obter formas e silhueta mais feminilizadas, o que não deu resultado satisfatório. Então, recorreu à aplicação de silicone líquido industrial nos quadris, nádegas e boca e, posteriormente ao implante de prótese nas mamas. Fala que a aplicação de silicone é sempre realizada de forma clandestina, com um alto risco de mortalidade, apesar de ‘valer a pena’ correr esse risco. Ketlyn diz que realizou esses procedimentos em Fortaleza – CE e São Paulo – SP.

Durante esse processo migratório para outras localidades, como Fortaleza – CE, São Paulo – SP e Salvador – BA, Ketlyn diz que viajou com o objetivo de ‘fazer’ seu corpo e tentar uma vida financeira melhor, já que o espaço de trabalho pra travesti é restrito basicamente a prostituição.

Conta que a vida fora do seu lugar de origem é ruim, pois nada melhor que a segurança da sua casa, a casa de sua mãe. Porque longe das suas raízes, “é terra que o filho chora e a mãe não vê!”. Ketlyn fala das muitas dificuldades da migração, inclusive da precariedade de não conseguir alimentação mínima para sua sobrevivência. Pois, diz que no meio das travestis, a maioria já passou fome, então, quem tá chegando, iniciando, tem que passar por esse ritual, ou seja, vai ter que passar por todas aquelas privações como forma de valorizar cada centavo que conseguir ganhar.

Já passei fome na rua! Pessoas ficaram comendo a carne todinha, olhando pra mim e jogando fora! Tipo assim, eu pensava que era me humilhando. Mas, não! Ela quis dizer assim: “- Do jeito que eu cheguei aqui e tenho minhas coisas, você tem capacidade de começar a trabalhar e ter suas coisas”.

Então, Ketlyn diz que foi se conscientizando que precisava ganhar e economizar dinheiro se quisesse conseguir uma vida melhor, sem tantas restrições. Ela fala que é com o dinheiro da prostituição que se sustenta financeiramente, e paga seu aluguel, água e luz.

Sobre a prostituição de rua, Ketlyn comenta sobre as dificuldades e os enfrentamentos para exercer essa profissão, reconhecendo ser uma atividade permeada de preconceito e exclusão social. Ela diz que está numa esquina, está na rua quase sem roupa, exibindo o seu corpo, as pessoas passam e pensam que o fato das travestis estarem ali, naquelas condições, é uma “abominação”. Que elas estão sujando a rua com sua presença ou cometendo algum delito. E acabam expulsando as mesmas daquele lugar!

Se a gente não tiver ali com o corpo daquele jeito pra trabalhar, a gente não ganha o nosso pão! Entendeu? Então, a gente tem que exibir nosso corpo pra poder ganhar. É como se fosse um mercado: a melhor carne é a mais vendida! Então, é assim a prostituição!

Ketlyn ainda menciona os códigos de sociabilidade que compõem aquele espaço, os locais de ponto de prostituição, suas interfaces com a clientela e as diversas formas de violência a que estão submetidas, onde diz que recebe desde elogios, a xingamentos e desqualificações:

Tem uns que passam e diz: “- Bonita!” Tem uns que passam e diz: “- Ei, João!” Tem uns que cospem, tem uns que jogam pedra, tem uns que jogam tudo! E tem cliente também que é bom! E tem uns, porque acham que tá pagando, exige que você é obrigada a fazer o que eles querem!

Fala da situação de vulnerabilidade, com relação à violência a que estão expostas, desde a negligência e violência institucional, praticada muitas vezes pela polícia, até a violência cotidiana causada pelos clientes, os quais se encontram numa correlação de poder com as travestis.

Da relação familiar após a composição de sua identidade dissidente, Ketlyn lembra que sua mãe não a aceitava e que no início ela dizia “que era melhor ir deixar comida todo dia no presídio do que ter um filho gay”. Mas, diz que foi cuidada e criada pelos avós, portanto, tem mãe biológica, embora seus laços de afetividade materna foram construídos com sua avó, pois esta lhe aceitou do jeito que Ketlyn era. Revela que sua avó percebia suas estéticas e performatividade e mesmo assim não deixou de cuidá-la e protegê-la.

Comenta que, depois de muitos anos, sua família inteira se reconciliou com ela e hoje a aceita ao seu modo: “aceita, mas fica no teu canto que eu fico no meu!”. Que entre os irmãos, tem uns que acolheram, e outros não, mas Ketlyn entende “que tem umas cabeças diferentes”, então, ela não cobra atenção nem aceitação dos irmãos mais resistentes.

No tocante a religiosidade, Ketlyn fala que é adepta de várias religiões, desde a católica, na qual foi inserida a partir da infância, até as religiões de matriz africana a que tem acesso: “gosto de todas as religiões que exaltam o amor!”

Fala que é muito conhecida e respeitada no bairro aonde mora, embora reconheça que quando anda pelo comércio, no centro da cidade, percebe o preconceito através de olhares e piadas, geralmente dos homens. E dependendo da situação, ela responde:

Eu digo: “- Sim! Eu te conheço? Tu me conhece? O que é que vai ser? Diga aí o que você quer? Eu faço programa. Você vai fazer o programa?” “ – Não.” “- Então você vai querer o quê?”

Diz que há pelo menos dez anos, revidava as provocações com agressividade, mas hoje, como tem justiça e discriminação por LGBTfobia é crime, procura os mecanismos e meios legais de denúncia.

Ketlyn fala que é melhor residir nas outras localidades que já morou do que aqui em Juazeiro, porque além das condições financeiras serem mais favoráveis, as pessoas não são tão preconceituosas como as daqui, principalmente pelo cunho religioso. Diz que quando as travestis estão na rua, trabalhando na prostituição, as pessoas passam e comentam: “- Meu padrinho ‘Ciço’ lá em cima e vocês aqui, fazendo isso! Bando de vagabundos!” Embora diga que morar fora também tem suas dificuldades: “- Lá, tem que pagar cafetão, pra tá na rua!”

Ela diz que voltou pra Juazeiro porque sofreu muito na rua. Ketlyn conta que não gostava daquela ‘vida de rua’. E acabou adoecendo e teve medo de morrer longe de casa e da família. Entre escolher ter uma condição financeira mais tranquila e voltar pras suas raízes, preferiu retornar. E continua, dizendo que lá fora nunca teve sua casa, seu espaço. Sempre morou com mais de trinta travestis numa casa.

Num quarto, tinha beliche até o teto. A minha beliche batia no forro. Eram umas camas em cima das outras.

Ketlyn diz que a convivência com muita gente assim era bem difícil de administrar, pois tinha as travestis que trabalhavam de dia e as que trabalhavam a noite. Então, quando mudavam de turno, as que estavam chegando não queriam ouvir barulho, e sempre tinha confusão e brigas.

Sobre projetos e planos para o futuro, Ketlyn lembra que tinha muitos sonhos, de construir muitas coisas, inclusive de adquirir bens materiais como a casa própria e um carro. Mas hoje, o seu desejo é se sentir bem, em paz consigo mesma!

Sobre políticas públicas direcionadas a esta categoria, Ketlyn fala que é necessário o direcionamento de cursos profissionalizantes para que elas tenham a possibilidade de escolher outras profissões para além da prostituição. Sugere também a geração de emprego e renda pras travestis e ainda diz que deseja:

Que as pessoas vissem a gente não como umas pessoas sujas, imundas, mas sim como pessoas! Que queremos trabalhar e pagar nossas contas, como todo mundo paga!

6.3 A solidão de Danielle

Danielle, 40 anos de idade, moradora do bairro Tiradentes, na periferia de Juazeiro do Norte – CE. Reside em casa própria, contendo quatro cômodos mobiliados. Além da casa, possui um carro e uma moto como bens duráveis.

Danielle nasceu em Brasília – DF, filha de mãe solteira, mas no primeiro mês de vida sua genitora veio trazê-la para residir com seus avós maternos, em Juazeiro.

Fala que teve uma infância difícil, sem tempo pra brincar como as outras crianças, pois vendia frutas na feira livre para ajudar no orçamento da casa. Além do trabalho infantil, no outro período, Danielle estudava numa escola municipal no centro da cidade, onde diz que foi alvo de muito bulling, pois seus colegas de sala de aula passavam em frente à banca da feira aonde trabalhava e soltavam xingamentos do tipo: “- Olha o ‘viadinho’, olha o ‘viadinho!’”. Aí, seu avô dizia pra sua avó manda-lo pra casa, porque as pessoas o estavam insultando, ao que sua avó respondia:

Ele não vai não, porque ele acordou às quatro horas da manhã, botou as bancas pra fora, já vendeu as frutas, já entregou o dinheiro na minha mão e ele só vai pra casa onze horas, pra tomar banho pra ir pra escola!

Danielle diz que desde criança tinha jeito afeminado e nunca pode esconder a sua estética nem sua imagem feminina da família. Embora além de residir e ter sido criada por seus avós, ela diz que gostaria do apoio familiar, pois sempre se sentiu rejeitada! Via os primos com afetividade com suas tias, as demonstrações de carinho nas datas comemorativas e a carência que essa falta de afeto lhe trazia “- Eu sentia isso! É que eu sempre fui rejeitada pela família!” (choro).

Fala que aos quinze anos de idade descobriu que era cuidada e criada por seus avós maternos, os quais ela sempre acreditou que eram seus genitores. A partir daí, quis muito

conhecer sua mãe, que nessa época morava em São Paulo – SP. Conseguiu contato com a genitora através de ligação telefônica, aonde sua mãe disse que tinha mais uma filha menor de três anos de idade e estava grávida de um menino, e se Danielle quisesse ir morar com ela, “as portas estavam abertas!”

Danielle fala que viajou pra São Paulo e que, no primeiro mês de sua estadia “foi um mar de rosas”. Porém, logo depois vieram as dificuldades, pois sua mãe estava desempregada e dependia financeiramente de seu padrasto, pai dos seus dois irmãos. Diz que começaram as humilhações, pois a mãe cozinhava frango e lhe oferecia apenas as sobras de comida e que ela não podia mexer nos lanches da irmã, pois quem custeava a alimentação da casa era seu padrasto.

Conta que eles moravam num prédio, e certa vez o porteiro lhe perguntou: “- Você gosta de homem ou gosta de mulher?”, ao que Danielle respondeu que gostava de homem, porém sua mãe estava na escada e escutou a conversa. Aí, mandou que ela subisse ao apartamento para conversarem. Danielle confirmou o diálogo que teve com o porteiro e sua mãe falou: “- Pois aqui não te cabe. A porta da rua é a serventia da casa!” Aí, juntou suas roupas em sacolas e lhe pôs pra fora de casa.

Danielle fala da extrema situação de vulnerabilidade desse período, e que foi muito difícil esse momento, de ser um adolescente de quinze anos, vindo do interior, encontrar-se em situação de rua numa cidade grande, aonde não tinha outros familiares nem conhecia ninguém pra pedir ajuda!

Conseguiu auxílio de uma senhora que tinha uma barraca de camelô, de vendas de produtos do Paraguai. Começou a morar e trabalhar nessa banca e recebia vinte reais por semana. Só que a dona mudou-se de cidade e Danielle ficou mais uma vez em condição de rua.

Novamente sem abrigo e sem condições de subsistência, Danielle conheceu um pastor, que lhe perguntou: “- Porque você chora tanto?”. E ela respondeu: “- Porque meu sonho era conhecer minha mãe! (pausa/choro) Eu vim do interior do Ceará pra conhecer ela, e ela me botou na rua!” Então, o pastor perguntou se Danielle tinha coragem pra trabalhar, porque ele iria lhe ajudar:

Aí, ele comprou um isopor, comprou uns refrigerantes, comprou um carrinho de hot dog e eu fui vender, na Praça da República!

Danielle fala que, mesmo utilizando todos os equipamentos de proteção individual para o manuseio e a venda de alimentos, não conseguia clientela nem comercializar sua

mercadoria. Ela atribui essa situação ao preconceito das pessoas pela sua performatividade de gênero. Então, como seu negócio não estava dando certo, o pastor sugeriu que Danielle voltasse pra Juazeiro.

De volta a Juazeiro, Danielle fala que estava na Praça Padre Cícero⁶ (praça situada no centro da cidade) quando encontrou uma amiga travesti que lhe sugeriu e a convenceu de leva-la pra São Paulo, pois dizia que ela era jovem, bonita e que ganharia dinheiro, trabalhando como garota de programa.

Danielle retorna a São Paulo aos dezesseis anos, e vai morar num apartamento com mais doze travestis. Fala que, nessa época, ainda não possuía os elementos componentes de uma feminilidade imprescindíveis ao trabalho na prostituição, pois não tinha cabelo grande, não tinha seios, não tinha silicone, então, a cafetina que agenciava as travestis lhe vendia as roupas e os acessórios necessários ao trabalho, com valor acima do preço:

A peruca era 150, o brinco era 150, o salto era 150, tudo dela era 150! E eu não sabia onde era que comprava nada! Adolescente. Praticamente uma criança! Eu fui cafetinada, né?

Danielle fala que se prostituía num bairro nobre da zona sul de São Paulo, aonde ganhou dinheiro suficiente para reconstruir seu corpo, fazer cirurgias plásticas e colocar silicone industrial. Estava tentando trabalhar para ‘se fazer’, levantar-se e ‘dar a volta por cima’.

Porém, nesse período, recebeu uma ligação da cafetina informando que sua mãe estava doente e se encontrava internada num hospital. Danielle larga a avenida e vai ao encontro da mãe. Chegando lá, troca a roupa de trabalho por vestimentas masculinas e vai saber do médico de plantão acerca do estado de saúde de sua mãe: “ – Você que é o filho de dona Maria? Olha, sua mãe está com um problema muito sério. Ela está com HIV!” Essa notícia deixou Danielle muito triste, abalada emocionalmente, principalmente por ver sua mãe naquele estado debilitado, num leito de hospital.

Danielle diz que continuou trabalhando na prostituição para conseguir custear as despesas com o tratamento de sua mãe e mantê-la no hospital:

O que doía em mim não era a situação! (choro) O que doía em mim é que ela gritava pelo meu padrasto, que em nenhum momento ficou do lado dela. Abandonou ela! E eu não abandonei, como filho. E lá ela faleceu...

⁶ Praça Padre Cícero é reconhecida como cartão-postal, um dos pontos turísticos mais visitados de Juazeiro do Norte – CE. Ela foi palco de importantes decisões políticas, sendo a principal delas a emancipação do município.

Danielle fala que aos dezoito anos já possuía condições financeiras suficientes para a sua transição. Foi realizando suas intervenções corporais aos poucos e primeiro fez o nariz, depois fez os seios, e, por último, torneou seu corpo com silicone. Sobre as dificuldades enfrentadas nesse processo, Danielle não reconhece obstáculos, afirmando que não teve porque estava realizando o que queria. Diz que sempre se vestia de vestido, saia e blusa decotada, mas se incomodava muito pelo fato de não possuir seios nem bumbum:

Você tem que ser você mesma! E o que eu mais queria era ser uma 'Boneca'! E hoje eu sou feliz! Pelo simples fato de ter dado a volta por cima.

Danielle fala que muitas vezes se sente só, triste, muito angustiada: “- porque a solidão (choro), a solidão é horrível!” pelo fato de não ter mais mãe, avós, não ter marido nem filhos. Possui um cachorro e um gato como animais de estimação, que lhe fazem companhia, porque “é triste a solidão!”

Após ter ido residir em São Paulo, Danielle fala da oportunidade que teve de viajar pra Europa, por intermédio de uma amiga. Morou quatro anos na Espanha, trabalhando na prostituição, atendendo seus clientes no apartamento onde morava. Os contatos e a divulgação do seu trabalho eram realizados através de telefone ou periódico, ou seja, anúncio em jornal. Nesse período, conseguiu ganhar dinheiro suficiente para retornar ao Brasil, comprar a casa própria, um carro e uma moto.

Sobre sua estadia fora do país, Danielle elogia o tratamento e a convivência com as pessoas, pois diz que o preconceito é menor, devido ser um país com maior infraestrutura e que a educação e a cultura do lugar fazem toda a diferença: “era tratada como rainha, como mulher!” Já em comparação com o Brasil, ela conta que o preconceito e a discriminação aqui são maiores e mais fortes, já tendo sofrido muita violência verbal na rua, do tipo ‘viado’, ‘baitola’, fresco, pelo simples fato de ser travesti.

Hoje, Danielle conta que faz programa à noite e ainda, recebe o Benefício de Prestação Continuada – BPC, como composição de sua renda. Reconhece que o preconceito existe sobre várias categorias como raça, gênero, identidade e orientação sexual, mas mesmo assim, sabe dos seus direitos enquanto cidadã, portanto exige respeito das pessoas.

Mas a gente não pode viver pelo preconceito, tem que viver por a gente! Porque, nós somos todos cidadãos! Pagamos impostos em dia, então, da mesma forma que a gente respeita, a gente tem que ser respeitado!

Em relação à religião, fala que é católica e participa ativamente da maioria dos ritos da igreja, como os sacramentos, a missa: “- eu sou muito devota do meu padrinho ‘Ciço’ e de Nossa Senhora Aparecida!”

Embora, teça muitos elogios a sua estadia na Espanha, Danielle fala que resolveu voltar, pois aqui é seu país, seu lugar. Seu desejo era comprar uma casa em Juazeiro e viver aqui, já que tem duas tias que residem neste município, enquanto que lá fora, nas outras localidades, não tem nenhum familiar. Diz que adoeceu e teve medo de morrer longe de seus familiares, como indigente.

Sobre situações de violência, Danielle fala que já sofreu de várias formas, desde agressões verbais a violência física, muito pela vulnerabilidade do seu trabalho na prostituição de rua. Diz que esses fatos ocorreram por todos os lugares que viajou, só não sofreu violência na Espanha.

De projetos para o futuro, Danielle diz que não tem mais nada para realizar, pois já conseguiu tudo que queria tais como suas cirurgias plásticas, sua casa própria, e hoje, aos quarenta anos, sozinha, já conseguiu alcançar todos os seus objetivos.

Sobre políticas públicas para travestis, Danielle reconhece a importância de ter o nome social, mas fala da necessidade de uma casa de acolhimento (abrigo) e que gostaria que houvesse mais oportunidade de emprego para elas, que não restasse apenas à prostituição:

Pra que abraisse mais as portas de emprego e parassem com esse preconceito bobo. Que assim, respeitassem mais, que aí todos seriam felizes. As portas são fechadas! O meio de comércio, o meio de trabalho, elas são fechadas pra gente, por causa do preconceito!

7 TRANSGRESSÕES, ABJEÇÕES E RESISTÊNCIAS

Adentar nas questões da travestilidade significa, na maioria das vezes, buscar vozes e histórias que nem sempre são ouvidas, que não estão nos relatos dos livros científicos ou nas academias, mas que de alguma forma conseguem romper a barreira da invisibilidade e exclusão e aparecer nos espaços de sociabilidade e nos cotidianos.

Ouvir e transcrever as histórias de vida das travestis é perceber que elas estão entrelaçadas com a história da sexualidade, a qual fundamenta as interações, comportamentos, expressões do desejo humano, difundindo perspectivas solidificadas e padronizadas do conjunto de códigos e regras socialmente aceitos e normatizados. Entretanto, as travestis aparecem na contramão desses processos, no que se refere ao enfrentamento e desobediência às normas, a dissidência aos padrões, provocando fissuras nas estruturas concretas de gênero e identidade hegemônicas, como diria Foucault (1989, p. 183), “onde há poder, há resistência”. Suas performatividades apresentam efeitos sobre a realidade, na medida em que o ato possui a capacidade de constranger e transformar a realidade. É a resistência por transgredir a norma a partir da própria norma.

As experiências de vida apresentadas nas narrativas desse trabalho aparecem geralmente permeadas de preconceito e exclusão social em todas as fases da vida das travestis, pois desde a infância, já denunciam a rejeição da família e a expulsão do lar devido as suas estéticas e comportamentos discordantes das regras de gênero legitimadas. E a violência, enquanto dispositivo de poder para manutenção das normas, acompanha essas trajetórias de maneira permanente.

Quando as travestis “se assumem”, o espaço doméstico da família, via de regra, se torna insustentável. Perde seu caráter de acolhimento e proteção, passa a ser ameaçador. São lugares comuns as histórias de irmãos mais velhos que hostilizam e agridem fisicamente as travestis, ainda “viadinhos”; o pai que joga na rua o filho e seus pertences; a mãe que chora desolada perguntando onde teria errado, vigiando os passos do filho, procurando protegê-lo das pancadas do pai e dos risos dos vizinhos e, por vezes, ela mesma usando da força física para “corrigir” o que considera seu erro (PELÚCIO, 2009, p. 70).

Durante as entrevistas, ficou evidente que resgatar essas lembranças é trazer à tona realidades precarizadas e subalternizadas desde as condições financeiras do arranjo familiar, e posteriormente, pela rejeição e falta de apoio da família; pela situação de vulnerabilidade na rua; pelos perigos das intervenções nas construções dos corpos; de submissão às estruturas

arriscadas e inseguras do âmbito da prostituição; da migração praticamente imposta, pois é o caminho para a transformação dos corpos, identidades e subjetividades abjetas, além de oferecer perspectivas de ascensão das condições socioeconômicas. Ao rememorar as experiências vividas as interlocutoras dessa pesquisa mostraram singularidades, falas recheadas de sentimentos, muitas vezes de abandono e rejeição, medo e solidão, contadas por vezes na forma da indiferença ou bem humoradas, mas também cheias de muita emoção e choro.

7.1 Corpos e identidades em construção

O âmbito da travestilidade compreende muito da construção e desconstrução dos corpos e da composição das identidades, que se constituem para além dessas estéticas e performatividades de gênero, como afirma Pelúcio (2009, p. 27) “uma vez que as travestilidades não podem ser sem um corpo transformado, marcado por um feminino que procura borrar, nesses corpos, o masculino, sem apaga-lo de todo”.

Entretanto, passar por essa transformação também requer assumir uma identidade corporal transgressora e abjeta, que aparece atravessada por preconceito e discriminação. Então, ao mesmo tempo em que se tem o desejo pela transição, há também uma obrigatoriedade social por ajustamento ao modelo normatizado, a imposição de se enquadrar dentro da norma, de ser aceita e reconhecida dentro dos padrões sociais. Há um policiamento dos corpos na tentativa de enquadramento das performatividades vigentes.

Eu tomei muito pouco hormônio. Isso aqui (pegando no seio) é silicone injetável, não sabe? Quando eu boto o sutiã, o peito levanta mais, né? Que pela idade, cai. Desde pequeno, tinha tendência ao feminino. Tinha atração por homem. Mas amiga, até hoje eu gosto do meu corpo do jeito que ele é, entendeu? Eu não tenho esse negócio de querer colocar bunda, entendeu? Eu não! Eu coloquei esse peito aqui, esse silicone aqui, por causa da vaidade mesmo. Mas em relação ao meu corpo, eu não tenho nada não, de jeito nenhum. Tá bom assim mesmo! Eu não lido com prostituição, né, graças a Deus! Então, eu nunca desejei ter um corpo assim, torneado, uns peitos bonitos, né? É porque eu trabalho, né? Sou cabeleireira, sou cozinheira, eu trabalho na noite, num Bar, né? (Iris, 51 anos).

Nessa narrativa, fica explícito que a vontade e o desejo pela transformação da identidade de gênero dissidente é conflituosa na medida em que há, concomitantemente, a expectativa pelos modos de pertencimento e as formas de negociação entre a identidade e as

normas sociais. Esse relato evidencia como o desejo é suprimido, é contido em função da vinculação e aceitação dentro dos padrões de sexualidade e gênero predominantes.

Por outro lado, a busca incessante pela construção de um corpo o mais aproximado de uma feminilidade é o desejo de muitas travestis, as quais relatam minuciosamente como iniciaram seus processos de transição, geralmente através da aplicação injetável de contraceptivos hormonais femininos, e quando e como realizaram os procedimentos estéticos mais invasivos de intervenção corporal, começando pela aplicação de silicone industrial, realizado na clandestinidade por outra travesti, até a colocação de próteses através de cirurgias plásticas:

Comecei tomando hormônio, Perlutan (injeção de hormônio feminino para evitar gravidez), ixi... highlander! (muito antigo) Muito tempo atrás (risos). Tomei Buclina e Complexo B (estimulantes de apetite), pra engordar, pra criar bunda, perna, essas coisas! Nunca, nada deu jeito. Aí, depois passei pro silicone, depois passei pra prótese, e foi onde eu melhorei mais ainda! Fiquei mais feminina. Tudo clandestino! (Ketlyn, 42 anos).

É nítido que a transição dos corpos é um componente primordial na constituição da performatividade de gênero. As estéticas corporais constroem espaços de negociação onde a prioridade é de não ser inteiramente consumido pelo poder da norma. Portanto, as experiências desviantes e abjetas experimentam tensões constantes sobre os corpos (des)construídos.

Comecei a fazer a partir dos meus 18 anos, que eu consegui. Foi na época que eu cheguei lá (São Paulo) com 16 anos, depois de dois anos eu juntei um dinheiro e quando foi de 18 pra 19 eu comecei a fazer minhas cirurgias plásticas. A bombadeira que me bombou as pernas, quadril e bumbum. E o cirurgião plástico que fez meus seios e meu nariz (Danielle, 40 anos).

Outro elemento essencial nessa atividade de transformação dos corpos é a presença da ‘bombadeira’, que geralmente é uma travesti, executora dessas intervenções corporais em ambiente doméstico, insalubre, precário, sem o aparato hospitalar nem assistência médica. Essa ação é realizada de forma clandestina e dentro da ilegalidade.

Bombadeira é a travesti que aplica silicone industrial no corpo de outras travestis, afim de torna-lo arredondado, o que remeteria ao feminino. A ingestão de hormônios femininos e aplicação de silicone líquido são partes integrantes de um saber próprio das travestis, que encontra nas bombadeiras as manipuladoras legítimas desse domínio (PELÚCIO, 2009, p. 50).

O risco de morte, a insalubridade, o perigo de “fazer” o corpo são reconhecidos pelas travestis, embora não representem impedimentos ao desejo de realiza-lo. Segundo Pelúcio (2009, p.232), “mesmo sabendo que bombar (isto é, injetar silicone industrial no corpo) é perigoso, não abrem mão dessa técnica de transformação. O desejo de “ter um corpo” sobrepõe-se aos “riscos”, dores e sacrifícios, implicados nessa materialização”. A vontade de modificar suas formas e aproximá-las ao que consideram feminino faz com que essas adversidades se minimizem diante do resultado esperado.

Eu coloquei silicone em Brasília, injetável. Já tem muitos anos. Foi uma colega que, uma bombadeira que chamavam, é. Oh, mulher, é muito risco, viu? É que eu já vi ‘bixa’ morrer, já. Eu tive receio, né? Mas... tive receio mas muita gente bota em várias partes: na coxa, na bunda, nas pernas, né? Eu não. Botei só no peito mesmo. Botei só pra criar um peitinho, que eu era muito magrinha. Agora não. Eu não sou magra, porque, ó, tenho o corpo definido bem, né? (Iris, 51 anos).

Silicone industrial não se coloca em hospital, se coloca clandestinamente. É o risco que você corre! Quando você vai colocar o silicone, além de pagar muito caro, ela pergunta logo: “- Paga anjo da guarda?” (plano funerário), porque é o risco que você corre, entendeu? (Ketyln, 42 anos).

Corpos em trânsito e performatividade de gênero estão intrinsecamente relacionados a travestilidade, na medida em que esses modos de existência constituem a identidade travesti. E essa identidade transgressora atravessa as fronteiras de gênero e sexualidade dominantes, de forma a questioná-las e manchá-las em sua ‘verdade’ binária absoluta:

Nos casos das travestis, essas marcas não são apenas performáticas, no sentido teatral do termo. São constitutivas, uma vez que as travestilidades não podem ser sem um corpo transformado, marcado por um feminino que procura borrar, nesses corpos, o masculino, sem apaga-lo de todo (PELÚCIO, 2009, p. 27).

7.2 Territórios e migração

Nos discursos apresentados, um dado relevante que aparece nas narrativas são os locais de sociabilidade que envolvem a travestilidade, como ruas, bares, avenidas e como esses espaços se relacionam com essas identidades transgressoras. O trânsito dos corpos pelos territórios consegue demarcar seus espaços de interação social, ao mesmo tempo em que esses mesmos corpos são atravessados por esses territórios que os compõem:

A territorialidade vincula-se também a identidades, que apesar que marcadas pela fluidez, são estabelecidas relacionalmente. A demarcação espacial é também moral e passa por jogos de poder pelos quais se determina quem pode ficar onde e os significados dessa fixação. Fixação que não pode ser confundida com imobilização/sedentarização, mas com aceitação e compartilhamento de códigos que circulam e informam, mas que são fluídos (PELÚCIO, 2009, p.59).

Outra característica desses territórios, é que por serem espaços ocupados pelas identidades abjetas e facilitarem o trânsito das travestis, que na maioria das vezes se apropriam desses espaços para favorecimento da prostituição enquanto profissão, eles se configuram como locais de exclusão e marginalização. Nesse contexto, em Juazeiro do Norte, apresenta-se a Praça do Giradouro como um dos territórios de ocupação das travestis que se utilizam da prostituição de rua enquanto profissão, no período noturno. Esse lugar é estigmatizado por acolher as estruturas que compõe a prostituição noturna das travestis, como bares, esquinas, pontos de encontro, clientela e outros elementos que se apresentam nesses códigos de sociabilidade.

A circulação das travestis, ainda que intensa, se faz pelas margens. É nesse território da abjeção que elas articulam suas redes fluidas que se constituem “no aqui”, para se desmancharem num momento impreciso e se reconstituírem em outro lugar, um lugar sempre marcado, cujo nós são, paradoxalmente, fixos. O que permanece são os códigos que determinam o que se pode ou não fazer, dizer ou ser quando se transita por esses territórios (PELÚCIO, 2009, p. 75).

Embora não tivesse sido pensado como um dos objetivos desse estudo, uma questão que apareceu de forma preponderante nos relatos foi o deslocamento periódico ou migração das travestis pra outras localidades, estados e até países.

Acabei indo embora pra Brasília, em 1995. Porque 51 anos, né? Faz as contas aí, de 95 pra cá, né? Porque de Brasília fui pra São Paulo, Fui pro Rio, sabe? (Iris, 51 anos)

Na maioria das falas, mudar-se do seu lugar de origem para outros lugares se apresenta como um desejo e até uma condição, para a composição da travestilidade.

Cecília Patrício escreve que não vê categoria melhor para analisar o fenômeno da travestilidade do que a da mobilidade, pensada como movimento (2005). Mover-se na busca de um corpo, de um lugar habitável, de uma vida longe de abjeção, da pobreza e da violência doméstica é um enredo comum. Sair de casa ainda menino (s.i.c.), muitas vezes escorraçado;

encontrar no corpo de outra travesti as referências para si mesmo; buscar febrilmente essa transformação; são roteiros que se repetem e têm uma geografia a cumprir (PELÚCIO, 2009, p. 47).

É quase que uma obrigatoriedade a migração para outras localidades, pois além muitas vezes desejar realizar a transição longe da presença da família, é geralmente nos grandes centros urbanos que as travestis conseguem constituir seus corpos e buscar condições financeiras melhores para custear suas despesas com as intervenções corporais e almejar uma vida futura com maior conforto e segurança financeira.

Já fui pra Fortaleza, São Paulo e Salvador. Fui pra tentar a vida! É, vida de travesti, ninguém dá emprego pra travesti! Então, a única via de trabalho é a prostituição. Daí, tive que ir pra esses locais (Ketlyn, 42 anos)

Eu estava na Praça Padre Cícero, quando chegou uma amiga minha aqui de Juazeiro, uma travesti! Aí disse: “- E você, tão bonitinha, vamos pra São Paulo?” Eu disse: “- Não! Eu já estou vindo de lá!” Aí, ela disse: Lá, você vai ganhar dinheiro! (Danielle, 40 anos).

Além de se deslocarem para outros estados brasileiros, um dos roteiros almejados e procurados pelas travestis é a migração internacional, para fora do país. Essa rota de trânsito acontece muito através de outras travestis ‘agenciadoras’, ou seja, que residem em outros países e favorecem o deslocamento de travestis brasileiras com o objetivo de cafetiná-las (explorá-las financeiramente através da prostituição) para custear aquelas despesas.

Os lugares vão ficando marcados no corpo: as sobrancelhas pinçadas ainda na cidade de origem; os primeiros hormônios femininos ingeridos sob prescrição de uma amiga feita depois da saída de casa; a aplicação de silicone líquido realizada numa cidade grande; as próteses cirúrgicas adquiridas em São Paulo, a marca de bala também; um novo nariz, depois da ida a Europa, uma cicatriz a mais conseguida numa esquina de Milão (PELÚCIO, 2009, p. 48).

Essa realidade ficou evidenciada como prática muito comum no âmbito da travestilidade, inclusive, observou-se que as travestis de Juazeiro do Norte colecionam um leque diversificado de roteiros de viagens tanto entre as capitais dos estados mais desenvolvidos do país, quanto até deslocamento/migração internacional:

Eu tive o privilégio de uma amiga ter ido pra Europa, e eu fui pra Europa através dela, que me levou. Eu juntei meu dinheiro, comprei meu bilhete (passagem aérea). Morei 04 anos na Espanha: Palma de Maiorca, Madri... (Danielle, 40 anos).

7.3 Travestilidade e violência

As experiências que constituem a travestilidade têm na transformação do corpo e do gênero um fator que desestabiliza a ordem binária dos sexos e dos gêneros. O fato de estarem subvertendo uma ordem tida como natural, e por isso, tomada como “normal”, tende a tornar suas vidas inabitáveis. Assim, é pela força da exclusão que elas têm se constituído (PELÚCIO, 2009, p. 42).

O que é comum na trajetória das histórias de vida coletadas é um percurso permeado pela violência, seja ela física, verbal, simbólica, institucional.

Desde os relatos da infância, as travestis já denunciam relações familiares conflituosas a partir das suas primeiras expressões e estéticas de gênero dissidentes da norma. Geralmente, esses problemas de relacionamento parental explodem na adolescência, quando aquelas assumem uma performatividade diferente da esperada, culminando com a expulsão de casa e rompimento com a família.

Além da família, as travestis sofrem violência institucional, quando afirmam que no ambiente escolar são alvos comuns de insultos e xingamentos a partir das suas identidades subversivas, onde as expressões agressivas se direcionam sempre ao gênero abjeto.

Assim, vão se constituindo os emaranhados de precariedade aos quais envolvem a categoria da travestilidade, ou seja, a vida das travestis vai se precarizando na medida em que estas vão sendo empurradas para as margens, para as fronteiras da subalternidade. Como afirma Butler (2018, p. 15), “a precariedade implica um aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartado que não é distribuída por igual na sociedade”.

Sem o apoio, a proteção e a segurança do ambiente familiar, as travestis geralmente buscam seus pares em sexualidade e gêneros dissidentes, o que torna a precariedade compartilhada nas formas de ser, de existir.

Uma vida possível de ser vivida pode resultar de uma reivindicação por viver o sentido corpóreo de gênero, escapando assim de uma restrição que não permite que esse modo de ser viva livremente no mundo. Ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir (BUTLER, 2018, p.31).

Isso também se reflete no trânsito dos corpos em construção, nos depoimentos explícitos das maneiras fragilizadas de intervenção corporal, sem o aparato legítimo das políticas públicas de saúde, o que determina a essas ações um alto grau de vulnerabilidade.

Aliado a este cenário, apresenta-se a rua e a prostituição como alternativas de

sobrevivência, na maioria dos diálogos. Esta condição de subsistência favorece a violência de forma cotidiana e habitual a este segmento.

A primeira foi no centro de Fortaleza. Eu estava trabalhando na avenida (prostituição) e o cara puxou minha bolsa e me deu um murro (soco) na minha boca, porque eu não queria entregar a bolsa. A segunda foi no Rio, no arco da Lapa. O cara passou e falou: “- Quanto é o programa?” Eu disse: “- 50,00”, ele disse: “- Entra aí!” Na hora que eu entrei ele puxou minha bolsa também e falou assim: “- Isso é um assalto!” E começou a me agredir, travou o carro e eu querendo descer do carro, aquela agonia! Mas Deus me deu força, me deu coragem, que eu desliguei o carro dele, e foi na hora que eu apertei o controle do carro, abri a porta e saí correndo. E já aqui na cidade de Juazeiro, eu tava comprando um lanche, uma merenda, era praticamente 6 horas da manhã. Passou um rapaz que eu não conhecia e começou a me insultar: “Viado sem vergonha! Viado safado!” Aí, aquilo tava me incomodando, aí eu falei: “- Rapaz, só você pode ser feliz e eu não? Que mal que eu te fiz?” Aí ele começou a puxar meus cabelos, me arrastou até na praça e ficou dando, dando, dando (batendo). Me deu uma rasteira que me derrubou no chão. Continuou a me espancar, sentado em cima de mim, e eu com medo dele me matar, pensando que ele tava com uma faca. A minha sorte foi uma mulher que vive na rua e falou assim: “- Solta ela, solta ela!” e ele gritava: “- Saia daqui, que você não é policial não!” Foi daí que ela ficou puxando ele e foi na hora que eu me levantei do chão, peguei minha moto e vim pra casa, toda quebrada! Toda roxa de peia (surra)! (Danielle, 40 anos).

A prostituição revela um espaço vulnerável e precarizado do mercado do sexo, aonde a violência funciona como um mecanismo de poder para subjugar as travestis, através da dominação e sujeição pela força. É um mecanismo de enquadramento das vidas e dos corpos: vidas apreendidas dignas de serem vividas e outras não; são corpos precários, cuja existência não chega a ser reconhecida como humana.

Já fui jogada de carro pra fora. Já virei carro de cliente, por eu tá dentro do carro e ele dizer que vai subir a serra, chegando lá em cima, na serra tem pessoas pra quando eu chegar lá, fazer maldade comigo! Aí eu rodei o volante do carro, bati o carro na parede e saí doida, correndo! Já me livrei da morte muitas vezes. Já fui deixada em muitos cantos, por exemplo, já fui fazer um programa em Caririçu (município da região metropolitana do Cariri, distante trinta km de Juazeiro) e fui deixada lá. E voltei de lá pra cá a pé! Tudo eu já passei na vida! (Ketlyn, 42 anos).

Sendo a violência um mecanismo naturalizado dentro desse contexto de travestilidade, prostituição e vulnerabilidade, esse dispositivo reflete sobre a percepção que as travestis têm de si mesmas, onde muitas acham aquela atitude normal e se julgam merecedoras dos atos de violência.

Não, graças a deus, nunca aconteceu comigo! Acontece mais essas briguinhas, assim, no meu bar de eu ir apartar, mas não de eu me envolver. Assim, acontece de apartar de alguma amiga minha lá no Bar, de algum cliente meu, entendeu? Mas as ‘bixas’ apanham! Apanham. Mas é porque são abusadas mulher, essas ‘bixas’! Elas bebem, querem dar em cima dos homens, sabe, e apanham. Umas querem ser ricas, fala que é tudo, aí acaba apanhando e sendo roubada na rua! (Iris, 51 anos)

O foco da violência no agressor se desloca para a responsabilidade da ‘vítima’ travesti, quando muitas vezes estas se culpabilizam pela violência a que estão expostas. Acreditam que sua performatividade transgressora seja a causa das agressões sofridas, portanto, aceitam essa dinâmica de agressividade como sendo provocada por elas.

Além de todos esses mecanismos de violência, há ainda a ausência e negligência do estado para com essa população, deixando-a totalmente a margem de políticas públicas inclusivas e infraestrutura essencial para a vida em sociedade. Ainda, a violência aparece na forma de intervenção e coerção policial, demonstrando a soberania do poder hegemônico.

Na rua? Já apanhei de policial, já levei tiro de borracha, já levei paulada, já levei pedrada. Já levei tiro, só não pegou em mim! Mas já corri, corri rezando: “- Pegou em mim?” E quando eu cheguei e olhei, não. Não pegou! Mas já passei por muitas coisas! (Ketlyn, 42 anos).

Embora sobrevivendo de maneira precária numa estrutura excludente e repressora, as travestis estão aí produzindo suas identidades dissidentes (através de suas estéticas, performatividades abjetas e construção dos corpos), ocupando espaços de sociabilidade, expostas a todas as formas de violência e discriminação e com tudo isso, resistindo:

[...] os corpos reunidos “dizem” não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio. Essa possibilidade de expressão é parte da performatividade plural e corpórea que devemos compreender como marcada por dependência e resistência (BUTLER, 2018, p. 17).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da construção da identidade travesti a partir da dissertação *Experiência da Travestilidade em “Terra Santa”*: entre abjeção, transgressão e resistência coloca como eixo central dessa discussão a interseccionalidade entre identidade transgressora e território. De acordo com o objetivo geral deste trabalho, o propósito foi *Analisar como é construída a identidade travesti a partir do reconhecimento das próprias interlocutoras da pesquisa, as vivências que dão sentido e significado as suas experiências enquanto travesti e suas percepções de como apreendem e ressignificam seus processos de transição, nas fronteiras de gênero e diversidade*. Portanto, a composição de outras formas de subjetivação desviantes das normas e regras legitimadas de gênero e sexualidade são atravessadas também pelos territórios que esses corpos ocupam, como pelo trânsito e fluidez de suas (des) construções.

Na medida em que as interlocutoras desse estudo vão apreendendo suas transições de um gênero para outro, e suas performatividades e estéticas começam a aparecer publicamente, geralmente no período da infância para a adolescência, suas histórias já começam a ser delineadas pela exclusão, preconceito e discriminação através da família, do ambiente escolar e do contexto social ao qual estão inseridas.

É o momento em que as pesquisadas, ainda adolescentes, são expulsas de casa e veem rompidos seus laços familiares de cuidado, segurança e afetividade. Nessa situação de abandono, procuram auxílio em outros grupos de interação social, ao tempo em que estabelecem vínculos com seus pares, ou seja, com outras identidades de gênero dissidentes. São nessas relações aonde buscam amparo de moradia, subsistência e iniciação de suas transições de corpos e identidades. Normalmente, é longe de casa e da família que iniciam a ingestão e aplicação de hormônios femininos, os quais começam a dar formas mais arredondadas e feminilizadas aos corpos transgressores.

Nesse contexto precarizado, usualmente suas biografias são cruzadas pela migração entre cidades, estados e até outros países, na expectativa de alcançar melhores condições financeiras para sua manutenção e para custear as intervenções mais invasivas, e até mesmo, cirúrgicas nos corpos. Viajam para os grandes centros urbanos, locais aonde encontram referências em ‘fazer o corpo’, ou seja, outras travestis experientes em injetar silicone industrial nos corpos, atividade realizada de forma clandestina, com alto grau de risco de vida. Embora sejam sabedoras do perigo que envolve essa ação, o desejo e a satisfação de se reconhecerem num corpo transformado, feminilizado supera quaisquer obstáculos que possam vivenciar nesse trajeto.

Geralmente, essa conjuntura vem acompanhada da inserção das travestis no meio da prostituição enquanto profissão, as quais relatam um cotidiano permeado pela precariedade, exploração e abusos de toda ordem, tanto no vínculo com as agenciadoras (cafetinas que exploram a prostituição das travestis), como pelas próprias colegas de trabalho, nas relações cotidianas. As dificuldades vão desde a superlotação dos alojamentos das travestis, até aos altos preços cobrados pelas cafetinas pela infraestrutura que fornecem.

Nesse contexto da prostituição de rua, o espaço ocupado pelas travestis são territórios marginalizados, de exclusão e segregação social do espaço urbano. Desta forma, as travestis ficam vulneráveis a diversas formas de violência, sendo esta exercida pela população transeunte, pelo aparato do estado através da polícia, pelo tecido social da prostituição e pela própria clientela, que se utiliza da relação de poder/ dinheiro para sujeita-las a sua vontade.

São relatos de insultos, ofensas, violência física, psicológica e até tentativas de extermínio, que se apresentam de forma habitual nas vivências da travestilidade junto à prostituição. É a naturalização da violência como componente básico dessas relações, o que favorece inclusive a culpabilização delas próprias pela violência que sofrem.

A ausência e negligência do estado também favorecem a precariedade da travestilidade, excluindo as travestis de direitos de cidadania e políticas públicas de assistência e inclusão.

Embora todo esse contexto de violação, abandono e exclusão, as travestis continuam persistindo, com todas as dificuldades, em suas identidades e performatividades de gênero dissidentes e abjetas, ocupando os espaços de sociabilidade e resistindo as adversidades com suas vidas potentes e vivíveis.

Nas narrativas, as travestis relatam participar ativamente das atividades e ritualísticas de religiosidade do município de Juazeiro do Norte, embora a cidade seja permeada de moralidade e normatividade, pelo seu caráter religioso.

Embora subjetivamente não apresentem desejos ou perspectivas para o futuro, demonstrando uma certa conformação com o seus modos de vida, as travestis sugerem que a abertura e inserção no mercado de trabalho formal seria uma política pública de inclusão para que possam assumir e vislumbrar outros postos de trabalho e de profissionalização, condição indispensável para melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, redução do preconceito, discriminação e exclusão social.

Diante do exposto, percebe-se que a travestilidade é uma temática do campo das fronteiras e da margem, a qual necessita ser mais aprofundada e estudada, ao passo em que se apresentam elementos de interseccionalidade, precariedade, performatividade e resistência,

necessários a outras investigações, além de aprofundar as questões entre território e religiosidade.

REFERÊNCIAS

- ABEMAVI, Associação Beneficente Madre Maria Villac. Disponível em <<https://www.facebook.com/ronildo.oliveira.5>> Acesso em 03 nov. 2020.
- ALMEIDA, Sandra. “Prefácio”, em SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa.** Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Notas sobre Transgeneridade e Subjetividade.** In GRUPO TRANSCRITAS COLETIVAS. **Nós trans: escrituras de resistência.** Belo Horizonte: Litera Trans, 2017.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, pág. 89-117, agosto de 2013.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: corpo e gênero das travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, Agosto. 2012.
- _____. **A reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual.** Natal: EDUFRN, 2014.
- _____. Prefácio. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinado Rodrigues (orgs.). **História & Teoria Queer.** Salvador: Editora Devires, 2018.
- _____. Brasil: o país do transfeminicídio. 09 jun. 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/brasil-o-pais-transfeminicidio/> Acesso em: 05 nov. 2020.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas.** Petrópolis: Vozes, 1990.
- BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9ª ed. revista e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.
- BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In COLLING, Leandro (Org.) **Dissidências Sexuais e de Gênero.** Salvador: EDUFBA, 2016. p. 21-41.
- _____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Tradução Fernanda Siqueira Miguens; Revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARIRI REVISTA. Disponível em: <https://caririrevista.com.br/juazeiro-do-norte-se-destaca-com-projeto-de-cidade-inteligente> Acesso em: 09 nov. 2020.

CITAÇÕES IN. Disponível em: <<https://citacoes.in/citacoes/610021/che-guevara>> Acesso em: 16 mai. 2019.

COLLING, Leandro. **A igualdade não faz o meu gênero** – em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. Contemporânea – revista de sociologia da UFSCAR, v. 3, n. 2, p. 405-427, 2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 005, Agosto, 2009.

DIÁRIO DO NORDESTE. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/cariri/cidades/juazeiro-do-norte/procissao-das-velas-encerra-a-romaria-de-candeias-em-juazeiro-do-norte-2/18570> Acesso em: 09 nov. 2020.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Vidas Lixadas**: crime e castigo nas narrativas de travestis e transexuais brasileiras. 1ª Ed. Salvador: Editora Devires, 2018.

Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>> Atualizada em 5 de outubro de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009ª.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GRANGEIRO, Cláudia Rejanne P. **O sujeito político feminino nas trilhas de memória da xilogravura de cordel**. Universidade Regional do Cariri – URCA. Revista da ABRALIN, v.8, n.1, p. 39-56, jan./jun. 2009.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, p. 33-118, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 16 mai. 2019.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>> Acesso em: 16 mai. 2019.

JATAI, José Martins; SILVA, Lucilane Maria Sales da. Enfermagem e a Implantação da Terapia Comunitária Integrativa na Estratégia Saúde da Família: relato de experiência.

Revista Brasileira de Enfermagem, 2012: Disponível em: <<http://www.redalvc.org/articulo.oa?id=267024790021ISSN>> Acesso em: 25 dez. 2018.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “**Nossos Corpos Também Mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPES, Regis. **O meio do mundo: territórios de sagrado em Juazeiro do Padre Cícero**. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed., São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. In DESLANDES, Suely Ferreira, GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). 28 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis**. Niterói, 2007.

_____. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto (Série Cadernos da Diversidade), 2012.

MITOLOGIA E ARTE. Disponível em: <<https://www.mitologiaearte.com/mitologia-grega/mitos-gregos>> Acesso em: 19 fev. 2018.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. (org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (org.). **DOSSIÊ: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO**. Uberlândia, MG: Observatório Trans, 2018.

OLIVEIRA, João Manoel de. Trânsitos de Gênero: leituras queer/trans* da potência do rizoma gênero. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências Sexuais e de Gênero**. Salvador, BA: EDUFBA, 2016. p. 109-132.

PAISAGENS DO NORDESTE. Disponível em: <https://paisagensdonordeste.openbrasil.org/2016/07/estatua-do-padre-cicero.html?m=0> Acesso em: 09 nov. 2020.

PELÚCIO, Larissa Maués. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, São Paulo, v. 15(1): 123-154. 2004.

_____. Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, nº 25. Campinas. Unicamp, 2005, 217-248.

_____. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PERES, Wiliam Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Psicologia Política**, São Paulo v. 11(22), p. 261-277. 2011.

PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do Michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [1987] 2008.

PISCITELLI, Adriana. (2008). **Interseccionalidades**, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade E Cultura*, 11(2). Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>. Acesso em: 10 out. 2020.

PIVA, P. ATEÍSMO E COMUNISMO: O LUGAR DE JEAN MESLIER NA FILOSOFIA POLÍTICA DAS LUZES. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 07, p. 99-108, 21 out. 2019.

POLITIZE, **LGBTfobia no Brasil**: fatos, números e polêmicas. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas/>> Acesso em: 31 mai. 19.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. **Projeto História**. São Paulo, 2001, n. 22, p.9-36.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: nota para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 01, p. 11-20. 2011.

QUIRINO, Glauberto da Silva. **Prática docente em sexualidade e educação sexual no espaço escolar**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São. Paulo (SP): Editora Ática, 1993, p. 269.

ROIZ, Diogo da Silva. A história do corpo feminino e masculino no ocidente medieval. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 405-414, dezembro de 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social e Outros Escritos**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

SECRETARIA DAS CIDADES. Governo do estado do Ceará. Disponível em: <<https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>> Acesso em: 05 nov. 2020.

SILVA, Leandro Maciel. **Paisagem e memória no Cariri cearense**: apontamentos da pesquisa. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis – SC, 2015.

SOARES, Suamy Rafaely. **A Experiência Militante da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri: as vozes que se insurgiram em um Cariri que odeia as mulheres.** In 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, Florianópolis: UFSC, 2017.

SÓ HISTÓRIA, "Resumo - O Iluminismo - Pensadores e características". Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2020. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/resumos/iluminismo.php>> Acesso em: 29 jun. 2020.

SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de. Rotas Desviantes no Oco do Mundo: desejo e performatividade no Brasil contemporâneo. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de, GOMES, Agnaldo Rodrigues (org.). **História e Teoria Queer.** 1ª ed./Salvador, BA: Editora Devires, 2018. p. 21-45.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA. Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas. 2ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-115.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart. Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAMBÉM sou teu povo. Direção: Franklin Lacerda e Orlando Pereira. Juazeiro do Norte, CE, 2006. 14 mim. Disponível em: <<https://www.youtube.com>> Acesso em: 18 fev. 2018.

VERAS, Elias Ferreira. **Carne; Tinta e Papel:** a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/ farmacopornográfico. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WÁ COLETIVO. “Hoje homenageamos Crislaine Guedes, jovem LGBT e brincante de reisado. Queremos que ela seja lembrada assim: colorida, bonita, de cabeça erguida”. Juazeiro do Norte, 07 de abril de 2019. Facebook: @wacoletivo. Disponível em: <https://www.facebook.com/wacoletivo/?tn-str=k*F> Acesso em: 16 mai. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ana Paula Macêdo de Albuquerque, RG: 2816341-94 SSP/CE, mestranda da Universidade Regional do Cariri - URCA estou realizando uma pesquisa intitulada "Experiência da Travestilidade em “Terra Santa”: Entre Abjeção, Transgressão e Resistência", que tem como objetivo geral: Analisar como é construída a identidade travesti a partir do reconhecimento das próprias interlocutoras da pesquisa, as vivências que dão sentido e significado as suas experiências enquanto travesti e suas percepções de como apreendem e ressignificam seus processos de transição, nas fronteiras de gênero e diversidade. Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: elaboração do projeto de pesquisa; apreciação pelo CEP; coleta de dados; sistematização e análise dos dados; elaboração da dissertação e do produto do mestrado; defesa.

Por essa razão, a Sra. está sendo convidada a participar dessa pesquisa. Sua participação consistirá em fornecer informações acerca de sua história pessoal através de entrevista presencial no Ambulatório de Infectologia ou por meio de mídia digital, como áudio de watts app ou ligação telefônica. O(s) procedimento(s) utilizado(s) sendo entrevista poderá(ão) trazer algum desconforto do tipo quebra de sigilo. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo, como - Invasão de privacidade; - Responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; - Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE), os quais serão reduzidos mediante o comprometimento ético e profissional da pesquisadora, através de: - Garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; - Minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, com total sigilo das informações coletadas e atendimento individualizado em sala específica do ambulatório; - Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico. Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu Ana Paula Macêdo de Albuquerque serei(seremos) o(s) responsável(éis) pelo encaminhamento ao atendimento psicológico do Ambulatório de Infectologia. Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de: Fomentar a divulgação e disseminação do tema aqui abordando nas diversas áreas do conhecimento; Fornecer

subsídios para produção de novos conhecimentos científicos acerca do assunto; Revelar elementos transdisciplinares que favoreçam a educação e as outras ciências pedagógicas, sociais e humanas; Proporcionar a visibilidade dessa categoria social, no intuito de legitimar seu reconhecimento enquanto cidadãs e pessoas de direitos; Descortinar a desigualdades existentes entre as identidades normatizadas e as identidades e performatividades transitórias; Facilitar o acesso das travestis do ambulatório de infectologia e de outras categorias ao produto final, como devolutiva do trabalho desenvolvido com as mesmas.

Toda as informações que a Sra. nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas resposta, dados pessoais serão confidenciais e seu nome não aparecerá nos(as) questionários ou áudios gravados e nem quando os resultados forem apresentados.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso a Sra. aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado a(s) entrevista.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Ana Paula Macêdo de Albuquerque, Rua Afonso Dias Guimarães, 167, Tiradentes. Juazeiro do Norte, CE, Celular: 9.99512468, nos seguintes horários segunda a seta feira, de 8 as 17h. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

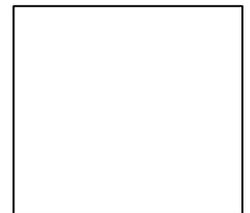
E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

OU

Representante legal



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C

Entrevista Semi-Estruturada acerca da pesquisa: "Experiência da Travestilidade em “Terra Santa”: Entre Abjeção, Transgressão e Resistência", vinculada ao Mestrado Profissional em Educação - MPEDU da Universidade Regional do Cariri - URCA

Roteiro Direcionado

1. Nome fictício, data de nascimento e bairro aonde reside:
2. Conte um pouco da sua história de vida (nascimento, relação familiar e um pouco da infância/adolescência. Na fala tentar explorar sobre as várias formas de inserção social, escola, igreja, grupos comunitários, família, amigos)
3. Quando e como foi o seu processo de transição (descoberta da travestilidade)?
4. Houve dificuldades nesse processo? Quais foram as dificuldades encontradas? (quais os enfrentamentos e as estratégias utilizadas, observar os elementos de resistência, os medos, recuos, desistências)
5. Quais as mudanças que ocorreram a partir do processo de transição?
 Questões pessoais (sentimento, satisfação, sexualidade, oportunidades)
 Questões físicas: (relação com o corpo, intervenções e identidade de gênero (como vivenciou esse processo))
 Questões sociais e econômicas (aceitação social, trabalho, as redes de apoio)
6. Como a sua família vive a experiência de ter um de seus membros travesti?
7. Como é ser travesti em Juazeiro do Norte? (explorar a questão da religiosidade)
8. Como é seu convívio social (amigos, locais que frequenta)?
9. Qual é o seu trabalho? Sua fonte de renda?
10. Você já sofreu algum tipo de violência por ser travesti? Como foi?
11. Você já residiu em outro município, estado ou país? Que motivos te levaram a sair de Juazeiro?
12. Se sim, como era a sua vida por lá?
13. Que motivos te levaram a voltar?
14. Quais os projetos para o futuro?
15. Que mudanças e ou políticas públicas você reivindica para pessoas como você? (políticas públicas – saúde educação, entrada livre em todos os espaços sociais).

Assinatura do Pesquisador



Mestrado Profissional em Educação
Universidade Regional do Cariri

Experiência da Travestilidade em "Terra Santa": entre abjeção, transgressão e resistência.

Ana Paula Macedo de Albuquerque
Produto: Cordel

Novembro 2020

Experiência da Travestilidade em “Terra Santa”: entre abjeção, transgressão e resistência

Falando em Juazeiro
Conhecendo a cidade
Sabendo do seu roteiro
De religiosidade
Ao padre Cícero Romão:
A terra da santidade

Nem só de fé e oração
Vive essa localidade
O comércio, a indústria
Desenvolvem a cidade
Um povo trabalhador
Com coragem e capacidade

Chamada de “terra santa”
Por toda comunidade
250 mil habitantes
Povoam a localidade
Pra falar da população
Em sua diversidade

Demonstrando aqui
De modo particular
Uma população excluída
Que vive nesse lugar
Por sua identidade
Diferente se mostrar

A sociedade só reconhece
O gênero binário
De homem e mulher
Como hereditário
Ou se nasce azul ou rosa
Únicas cores do vestuário

O que foge a essa regra
Quem não se enquadra no padrão
Acolhendo o arco-íris
Como outra condição
Vai ser marginalizado
Tido como abjeção

Falando das travestis
E sua sexualidade
De gênero dissidente
Da normatividade

Expressas na transgressão
As suas identidades

Pessoas que não encontramos
No centro da cidade
Que não estão no comércio
Nem na universidade
São corpos excluídos
Por sua performatividade

Se não estão no cotidiano
Então, qual é o lugar
Onde a travestilidade
Podemos encontrar?
Na Praça do Giradouro
Do Triângulo Crajubar

Essa segregação inicia
Na infância e no lar
Quando conflitos de gênero
Começam a se apresentar
Estéticas feminilizadas
No mundo a se espalhar

A família não aceita
Da casa há expulsão
Então, vai buscar na rua
Abrigo e proteção
E é nesse momento
Que começa a transição

A escola é outro espaço
De disciplina e exclusão
Aonde a travesti
Não encontra aceitação
Sendo discriminada
Dos alunos à direção

Em busca de auxílio
Encontra nos seus pares,
Outros LGBT,
Alguma oportunidade
De alcançar seu desejo
Com apoio e liberdade

Começam a viajar
Para os grandes centros
Almejando conseguir
Condições pra seu sustento
E para 'fazer o corpo'

Com desejo e sentimento

A realidade é dura
Estando longe do lar
Sofrendo fome e frio
Difícil de imaginar
Encontrando na prostituição
O meio de batalhar

Depois de algum tempo
Muitas voltam para cá
Outras ficam na Europa
E só vêm passear
Mas é das de Juazeiro
Que continuo a falar

É na prostituição de rua
Que as travestis se mantêm
No Giradouro e entorno
Espaço que lhes convêm
No trabalho noturno
A clientela sempre vem

Mas essa condição de vida
Traz muita vulnerabilidade
Estão desassistidas
Da governança da cidade
Expostas a violência
E a mortalidade

Em assassinar LGBT
Somos um país campeão
Estatística perversa
Ao Brasil, nessa dimensão
Infelizmente a letra T
Sofre mais violação

É pela própria polícia
Ou pela omissão do estado
Que não oferece estrutura
Pro povo desamparado
E as travestis nesse meio
De vida precarizado

Expostas a própria sorte
Pra ganhar seu sustento
Ficam na rua e são alvos
De humilhação e xingamentos
Da população que passa
Com seus atos violentos

É de variadas formas
Que a violência aparece
Sendo a física e a verbal
As que mais acontecem
Da cafetina ao cliente
Elas mesmas reconhecem

Com toda a dificuldade
Aqui apresentada
As travestis continuam
Firmes na caminhada
Expondo suas estéticas
E transição realizada

Embora religiosa
Essa cidade seja
Precisa de muita empatia
Com as travestis que veja
Pois a mão que reza o terço
É a mesma que apedreja

Um desejo a alcançar:
Desconstruir preconceitos
Deveria do Padre Cícero
Ser um de seus preceitos
Pois as travestis são pessoas
Em dignidade e direitos

E pra finalizar
Como aspecto crucial
Políticas públicas de inclusão
É método fundamental
De reparação histórica
E justiça social

“É preciso estar atento e forte”
Aprendi nessa experiência
Que suas vidas vivíveis
São celeiros de potência
Não podemos esquecer:
Travesti é resistência!

Ana Paula Macêdo de Albuquerque
Cordel como produto de conclusão
Mestrado Profissional em Educação
Universidade Regional do Cariri – URCA
Juazeiro do Norte – CE
Novembro de 2020.